

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE ACADÊMICA SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FRANCISCO DARLISON PONTES AMORIM

O efeito China e o processo evolutivo das relações comerciais sino-brasileiras

Santana do Ipanema

2017

FRANCISCO DARLISON PONTES AMORIM

O efeito China e o processo evolutivo das relações comerciais sino-brasileiras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Msc. Flávio José Domingos

Santana do Ipanema

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Polo Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo

A524e Amorim, Francisco Darlison Pontes.
 O efeito China e o processo evolutivo das relações comerciais sino-brasileiras / Francisco Darlison Pontes.
 86f.
 Orientador: Flávio José Domingos.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Polo Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2017.
 Bibliografia: f.82 – 86.

 1. Relações comerciais. 2. Dependência econômica . 3. Brasil. 4. China
I. Título.

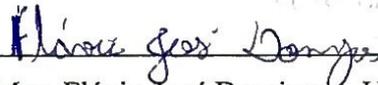
CDU: 33

Folha de aprovação

AUTOR: FRANCISCO DARLISON PONTES AMORIM

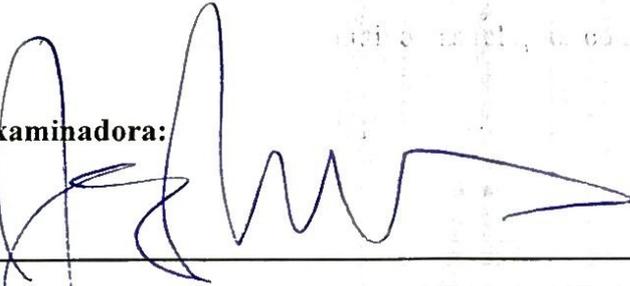
O efeito China e o processo evolutivo das relações comerciais sino-brasileiras

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado no
Curso de Ciências
Econômicas da
Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 02
de maio de 2017.

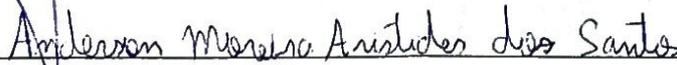


Prof. Msc, Flávio José Domingos, UFAL/SANTANA (Orientador)

Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Menezes Gomes, UFAL/SANTANA (Examinador)



Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides Santos, UFAL/SANTANA (Examinador)

DEDICATÓRIA

A Deus pela vida e pela sabedoria.

A minha família pelo apoio e confiança.

A minha mãe por ser essa mulher incrível que buscou sempre passar seus valores de vida.

AGRADECIMENTOS

É fato que o ato do agradecimento é sempre uma tarefa difícil.

Agradeço inicialmente a Deus sobre todas as coisas. Agradeço pela sabedoria, pela perseverança, pela dignidade, pela força, pela fé. Agradeço a Ele pela vida.

Gostaria de deixar meus mais profundos agradecimentos a minha mãe Luzia, essa mulher incrível e dedicada que durante toda essa jornada de minha vida pôde me proporcionar às melhores condições. Obrigado pelas lições de esperança, amor, perseverança e compreensão. Agradeço a meu padrasto Rosendo, a minha tia Sofia, meus irmãos Darcio e Gerardo e meus avós Núbia e Zé Nogueira (ambos in memoriam) por todo o apoio durante minha vida.

Agradeço ao corpo docente da Universidade Federal de Alagoas de Santana do Ipanema pelos ensinamentos durante a vida acadêmica. Ao meu orientador, Professor Flávio Domingos, um agradecimento especial. Sempre demonstrando acreditar no meu potencial, agradeço pela oportunidade oferecida, pela orientação e principalmente pelo bom convívio nestes anos de universidade. Agradeço a todos os professores por estarem construindo formadores de opiniões e grandes profissionais.

Gostaria também de agradecer aos amigos alagoanos que me acolheram tão bem durante todos esses anos. Amizades que levarei por toda a vida. Agradeço também aos amigos do Ceará que sempre me apoiaram e torceram pelo meu sucesso mesmo longe de casa.

Agradeço a toda família Ferreira em nome de Zuza Ferreira, Hudys Ferreira, João Neto, Benilda pelo acolhimento e por toda ajuda que me foi dada. Serei eternamente grato. Assim como serei eternamente grato a toda família de Dinha Oliveira também pelo acolhimento e por toda ajuda que foi fundamental para a conclusão dessa etapa em minha vida.

Por fim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão dessa etapa em minha vida. Um muito obrigado a todos vocês!

Estude pra ser um grande homem.

NOGUEIRA, Zé

RESUMO

Este artigo analisa o processo evolutivo das relações comerciais sino-brasileiras, com ênfase na ascensão da economia chinesa e nas políticas e estratégias brasileiras que auxiliaram na construção do comércio entre as duas nações, assim como, um possível cenário de dependência econômica brasileira em relação ao país asiático, fruto deste intercâmbio comercial entre 1990 a 2016. Acredita-se que as relações do Brasil com a China inserem-se em um sistema transitório de hegemonia, aonde a economia norte-americana nos últimos tempos vem sofrendo com crises, por outro lado o estado chinês vem apresentando números significativos de crescimento. Tal crescimento chinês apresenta uma forte ligação com o comércio brasileiro e seus impactos sobre a economia brasileira são significativos, principalmente após a maturação da parceria comercial sino-brasileira, período este, caracterizado por grandes volumes de importações e exportações e saldos positivos na balança comercial para ambos os países. Desta forma, este trabalho apresenta uma abordagem acerca de como a evolução do comércio entre Brasil e China tem sido benéfico para a economia brasileira, assim como, tem criado uma possível dependência econômica brasileira em relação ao seu comércio com a China, principalmente de commodities. Verifica-se que a economia brasileira vem se ajustando a demanda chinesa por commodities, como também, os bons resultados da mesma são provenientes, em grande parcela, do comércio com a China. Entretanto, verifica-se que em tempos de retração do crescimento chinês, o volume de exportação de commodities tende a reduzir e a economia brasileira tende a apresentar dificuldades, o que reforça o caráter desta como uma economia dependente.

Palavras-chave: Dependência econômica; relações comerciais sino-brasileiras; commodities; evolução do comércio; China.

ABSTRACT

This article analyzes the evolutionary process of Chinese-Brazilian trade relations, with emphasis on the rise of the Chinese economy and the Brazilian policies and strategies that helped to build trade between the two nations, as well as a possible scenario of Brazilian economic dependence on the Asian Country, the fruit of this trade between 1990 and 2016. It is believed that Brazil's relations with China are part of a transitional system of hegemony, where the US economy has been suffering from crises in recent times. On the other hand, the Chinese state has presented significant growth figures. Such Chinese growth has a strong link with Brazilian trade and its impacts on the Brazilian economy are significant, especially after the maturing of the Chinese-Brazilian trade partnership, a period characterized by large volumes of imports and exports and positive balances in the trade balance for both countries. In this way, this work presents an approach about how the evolution of trade between Brazil and China has been beneficial to the Brazilian economy, as well as, has created a possible Brazilian economic dependence on its trade with China, mainly of commodities. It is verified that the Brazilian economy has been adjusting the Chinese demand for commodities, as well, the good results of the same are coming, in great part, from the trade with China. However, in times of contraction of Chinese growth, the volume of exports of commodities tends to reduce and the Brazilian economy tends to present difficulties, which reinforces the character of this as a dependent economy.

Keywords: Economic dependence; Chinese-Brazilian trade relations; Commodities; Evolution of trade; China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor Agregado da indústria chinesa no período de 1960 a 2015 (% do PIB)	22
Gráfico 2 – Valor Agregado da indústria chinesa x norte-americana no período de 1997 a 2015 (% do PIB)	22
Gráfico 3 – Evolução do PIB chinês e americano no intervalo de 1960 a 2015 (em US\$ correntes).....	23
Gráfico 4 – Evolução do PIB chinês e americano no intervalo de 1961 a 2015 (% anual)	24
Gráfico 5 – Agricultura chinesa no período de 1960 a 2015 (% do PIB)	25
Gráfico 6 – Taxa de alfabetização da China no período de 1982 a 2015 (% das pessoas com 15 anos ou mais)	25
Gráfico 7 – Taxa de IDE na China entre 1982 a 2014 (% do PIB)	26
Gráfico 8 – Tarifas chinesas no período de 1992 a 2014 (em %)	27
Gráfico 9 – Desemprego Total da China e dos EUA entre 1980 a 2014 (% da força total de trabalho)	27
Gráfico 10 – Expansão do Crédito brasileiro entre 1994-2011 (em milhões R\$).....	35
Gráfico 11 - Balança Comercial Brasileira - 1950 a 2014 (US\$ bilhões FOB)	38
Gráfico 12 - Variação (%) Anual das Exportações e Participação (%) das Exportações no PIB entre 1980 e 2014.....	38
Gráfico 13 – Evolução dos preços internacionais das <i>commodities</i> entre 2000-2012 (média mensal em US\$).....	40
Gráfico 14 – Crescimento Histórico do PIB Brasileiro entre 2000-2015 (em %).....	45
Gráfico 15 - Pauta exportadora brasileira para a China (1985-1991)	54
Gráfico 16 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China no período 1990-1999 (em US\$ F.O.B.)	57
Gráfico 17 - Exportações brasileiras para a China, por setor de atividade econômica (1990/1999) (em US\$).....	60
Gráfico 18 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (2000-out/2016) (em US\$).....	63
Gráfico 19 - Exportações brasileiras para a China, por setor de atividade econômica (2000-Out/2016) (em US\$).....	66
Gráfico 20 - Investimentos chineses anunciados em 2010 por setor da economia (em %)....	68
Gráfico 21 - Investimentos chineses confirmados em 2012 por setor da economia (em %)...	69
Gráfico 22 - Investimentos chineses confirmados em 2013 por setor da economia (em %)...	69
Gráfico 23 – Evolução do PIB brasileiro e do Índice CRB entre maio/14-maio/15 (em %)...	73

Gráfico 24 – Saldo do comércio entre Brasil e mundo e Brasil e China entre 2000-2016 (em US\$).....	76
Gráfico 25 – Corrente Comercial Brasil-China e Brasil-Mundo entre 2000 e 2016 (em US\$).....	78
Gráfico 26 – Corrente Comercial Brasil-China entre 2000 e 2016 (em % do total mundo) ...	78
Gráfico 27 – Relação entre a evolução do PIB brasileiro a preços correntes e as exportações para a China entre 2000-2016 (em US\$).....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tarifa nominal de importação brasileira (%).....	30
Tabela 2 – Impostos de importação e valor importado (1990-96)	31
Tabela 3 - Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil (em US\$ milhões)	33
Tabela 4 – Balança comercial brasileira – 1994/99 (em US\$ bilhões)	33
Tabela 5 - Variação (%) do PIB pela ótica da produção e da demanda.....	35
Tabela 6 – Intercâmbio Comercial Brasileiro (2000-2015)	37
Tabela 7 - Composição do PIB: ótica da demanda entre 1990-2010 (em % do PIB)	46
Tabela 8 – Balança Comercial brasileira, 1978-1983 (em milhões US\$).....	51
Tabela 9 – Principais exportações brasileiras para a China (1986/1991)	52
Tabela 10 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1985-1991)	53
Tabela 11 – Intercâmbio comercial entre Brasil e China na década de 90 (1990-1999)	56
Tabela 12 – Exportações brasileiras para a China pós-crise asiática de 1997.....	58
Tabela 13 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1990-1999)	59
Tabela 14 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (2000-out/2016)	63
Tabela 15 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (2000-Out/2016)	65
Tabela 16 – Importação de <i>commodities</i> metálicas pela China entre 2014-2015 (em US\$)....	66
Tabela 17 - Fluxo de IDE e IDE chinês para o Brasil entre 2001-2010 (em US\$ milhões) ...	67
Tabela 18 - Exportação brasileira para o mundo e para China (1990-2016) (em US\$).....	72
Tabela 19 – Indicadores de Vulnerabilidade Externa Brasileira em anos selecionados (em %).....	74
Tabela 20 – Saldo do comércio entre Brasil e mundo e Brasil e China entre 2000-2016 (em US\$).....	75
Tabela 21 – Corrente Comercial Brasil-China e Brasil-Mundo entre 2000 e 2016 (em US\$).	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB - Associação De Comércio Exterior Do Brasil
BACEN – Banco Central Do Brasil
BCB – Banco Central Do Brasil
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China
CRB - Commodity Research Bureau
DEPEC - Departamento de Estágios e Cursos de Qualificação Profissional
EUA – Estados Unidos da América
Exp. - Exportação
FAO - Food And Agriculture Organization Of The United Nations
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOB - Free On Board
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
Imp. - Importação
JK – Juscelino Kubistchek
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MLP – Modelo Liberal Periférico
Part. – Participação
PCC – Partido Comunista Chinês
PIB – Produto Interno Bruto
RPC - República Popular da China
Semimanuf. – Semimanufaturados
SECEX – Secretaria do Comércio Exterior
Var. - Variação
ZEE's - Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REORGANIZAÇÃO DO EIXO ECONÔMICO MUNDIAL ATRAVÉS DA ASCENSÃO DA ECONOMIA CHINESA	16
2.1	A Economia Norte-Americana Pós 2ª Guerra Mundial	16
2.2	A Economia Norte-Americana e o Reordenamento do Eixo Econômico Mundial	16
2.3	Reformas Econômicas e a Ascensão da China	18
2.3.1	O período de 1949-1978	19
2.3.2	O período pós 1978	20
2.3.2.1	As quatro modernizações	21
2.3.2.2	Abertura comercial	26
3	ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA EM CINCO MOMENTOS: UMA ANÁLISE DO PERÍODO (1988-2015)	29
3.1	Abertura Comercial Brasileira	29
3.2	A Política do Câmbio Fixo e Valorizado	31
3.3	A Política do Câmbio Variável	34
3.4	Boom dos Preços Internacionais das Commodities	39
3.5	Redução dos Preços das Commodities	40
4	EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO SINO-BRASILEIRO E SEUS RESULTADOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	43
4.1	A Parceria Sino-Brasileira	43
4.2	Os Impactos do Comércio Sino-Brasileiro para a Economia do Brasil	44
5	A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO COMÉRCIO COM A CHINA	47
5.2	A Inversão da Pauta de Exportação Brasileira	51
5.3	O Início da Reprimarização da Pauta de Exportação Brasileira	55
5.4	A Consolidação da Reprimarização nos Anos 2000	61
5.4.1	Fluxo de IDE chinês para o Brasil como elemento demonstrativo da dependência	66

5.5	A Vulnerabilidade Externa Brasileira e a Dependência Consolidada	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

A ascensão da China como uma potência econômica mundial tem gerado grandes e marcantes debates desde o final do século XX e início do século XXI. Os efeitos da economia chinesa sobre o sistema internacional, incluindo aqui o Brasil, são consideráveis e têm concentrado a atenção de diversos especialistas nas mais diversas áreas de estudo.

As relações comerciais da China com o mundo têm favorecido fortemente o próprio país e diversos outros, entre eles o Brasil, uma vez que, essas relações nas últimas décadas acabaram que se expandindo de forma incontestável e adquirindo grande importância na Balança Comercial Brasileira. A partir da década de 1990 o comércio sino-brasileiro se intensificou apresentando bons resultados principalmente no comércio de commodities e produtos básicos.

[...] a partir dos anos 1990, nota-se uma revitalização do relacionamento brasileiro com a Ásia com algumas importantes diferenças em relação aos períodos anteriores [...] As relações com a China, Coréia do Sul e Asean (Association of Southeast Asian Nations) são significativamente ampliadas [...] à medida que a Ásia se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, é mantido ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 8-15).

O comércio bilateral Brasil-China apresentou um forte crescimento a partir de 2000, sendo puxado principalmente pelas exportações brasileiras (CASTILHO, 2007, p. 14).

O desejo chinês por commodities brasileiras cresceu ao longo dos anos 2000 ocasionando um direcionamento da economia brasileira para um ajustamento das demandas comerciais do país asiático e uma possível dependência comercial brasileira.

Diante desse cenário, surgem os seguintes questionamentos: como se deu a evolução das relações comerciais sino-brasileiras? Quais os impactos do processo evolutivo das relações comerciais entre Brasil e China para a economia brasileira? Quais fatores históricos explicam a possível dependência comercial do Brasil com a China?

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise sobre uma possível dependência do comércio brasileiro em relação com a China através da construção de uma historicidade que compreende o período de 1990-2016.

É inerente ainda analisar o crescimento das relações comerciais Sino-Brasileiras, uma vez que, essas relações comerciais têm apresentado significativos resultados para ambas as economias.

A segunda seção deste trabalho busca compreender as estratégias utilizadas pela República Popular da China que acabaram levando a um possível reordenamento do eixo econômico mundial e conseqüentemente ao florescimento das relações entre Brasil e China.

Na terceira sessão são analisadas as políticas e estratégias vivenciadas pelo Brasil que auxiliaram na construção do comércio Brasil-China, dividindo-se assim o processo em cinco momentos: abertura comercial brasileira, uso da política do câmbio fixo e valorizado, uso da política do câmbio variável, a explosão dos preços internacionais das commodities e a redução dos preços das commodities. Na quarta sessão é apresentada a evolução do comércio sino-brasileiro e os impactos da mesma para a economia brasileira. Na quinta sessão aborda-se a construção e consolidação de uma possível dependência brasileira de exportações de commodities para a China através de uma historicidade dividida em cinco momentos: a inversão da pauta de exportação brasileira, início da reprimarização da pauta exportadora, a consolidação da reprimarização, fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês para o Brasil e a vulnerabilidade externa brasileira e a consolidação da dependência. Na sexta e última sessão serão abordadas as conclusões gerais do trabalho.

2 REORGANIZAÇÃO DO EIXO ECONÔMICO MUNDIAL ATRAVÉS DA ASCENSÃO DA ECONOMIA CHINESA

2.1 A Economia Norte-Americana Pós 2ª Guerra Mundial

Após o fim da Segunda Guerra Mundial diversas populações foram mortas e infraestruturas destruídas, tendo como destaque países europeus que tiveram que se reconstruir principalmente na área econômica. Por outro lado, com o fim da Segunda Guerra Mundial a nação norte-americana se mostrou reforçada e consolidada como uma potência hegemônica da economia mundial, tirando proveito da situação do sistema mundo. Os Estados Unidos eram superiores aos outros países em diversas áreas, na área econômica e financeira, produtiva, política e também na área militar. (TUSCO, 2010, p. 10).

Tamanha superioridade levou os Estados Unidos da América (EUA) a formular e em seguida praticar um Plano que ajudaria as economias destruídas pela guerra a se reconstruir. Chamado de Plano Marshall, o mesmo buscava o crescimento da economia norte-americana a partir da reconstrução dos países devastados oferecendo-lhes produtos, matéria-prima, créditos. Com isso, os países devastados não podiam impor qualquer restrição para as atividades das empresas norte-americanas. Dessa maneira, os EUA puderam manter sua hegemonia econômica e financeira, produtiva, política e também na área militar após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, alguns países como Alemanha e Japão mesmo com a imposição norte-americana, conseguiram formular estratégias que levaram a um desenvolvimento considerável.

Os Estados Unidos e sua economia cumpriram durante os primeiros vinte anos do pós-guerra a função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e criadas as condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo. (BELLUZZO, 1994, p. 12)

2.2 A Economia Norte-Americana e o Reordenamento do Eixo Econômico Mundial

Segundo Brenner (2006 *apud* Tusco, 2010, p. 10) “os países que apresentaram desenvolvimento considerável no pós-guerra, também chamado de “desenvolvimento desigual”¹, passaram a combinar alta tecnologia e produtividade, alcançando elevadas taxas de lucro e investimento”.

A produtividade de países como Alemanha e Japão após o término da Segunda Guerra Mundial e anos após o acordo firmado no Plano Marshall, não afetaram a princípio a economia dos Estados Unidos, uma vez que, sua hegemonia estava estabelecida no mercado internacional. Contudo, a diferença produtiva entre esses países começou se estreitar a partir dos anos 1960.

Nos anos 1960 [...] os Estados Unidos passaram a ser desafiados pelas economias da Alemanha e do Japão. Em decorrência do investimento das empresas americanas em capital fixo - por exemplo, na indústria automobilística, elas continuaram a produzir em seus níveis anteriores, não obstante os alemães e os japoneses estarem expandindo sua produção (automobilística). O resultado foi uma superprodução endêmica global. (POSTONE, 2008, p. 82).

Nessa mesma linha de raciocínio, Tusco (2010, p. 11) afirma que “a distância entre a produtividade dos EUA e dos países da Europa Ocidental, em referência a Alemanha, e do Japão estava equilibrada”.

Os produtos desses países tornaram-se competitivos frente aos produtos norte-americanos, conquistando espaço em países de Terceiro Mundo e até mesmo no mercado interno americano. Logo, a preponderância dos Estados Unidos não era mais a mesma no final dos anos 60. (TUSCO, 2010, p. 11).

O crescente aumento da produtividade da Alemanha e do Japão acabou que causando uma superprodução no mercado mundial. A grande oferta de produtos no mercado levou a redução de seus preços e a desvalorização brusca da rentabilidade de muitas empresas. As empresas mais afetadas com a forte saturação da produção em meados dos anos 1960 foram as empresas americanas. O mercado americano não tinha demanda suficiente, pois a concorrência das empresas alemãs e japonesas era cada vez mais evidente em seu solo.

Segundo Harvey (2005, p. 55-6 *apud* Lepikson, 2010, p. 51) “à medida que a capacidade de absorção de capitais excedente dos EUA começou a estagnar, no final da década de 1960, a superacumulação surgiu como problema e a competição econômica se acirrou”. Nesse cenário de acumulação de capital, o Estado decidiu intervir.

¹ O desenvolvimento econômico desigual, entendido como processo em que os retardatários conseguem alcançar as potências econômicas que estão na liderança, produziu tanto o longo boom do pós-guerra quanto a crise de lucratividade do fim da década de 1960 e início da década de 1970. (ARRIGHI, 2008, p.115)

O papel do Estado, não só em momentos de crises, mas principalmente nesses, é fundamental para os interesses capitalistas [...] Naquele momento crucial de crise na acumulação de capital, mais uma vez o Estado entra em ação interferindo a favor dos capitalistas [...] O governo norte americano abandonou o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas, movendo-se para taxas de câmbio flutuantes, provocando uma enorme desvalorização do dólar americano em relação ao marco e ao iene (moedas alemãs e japonesas, respectivamente) (TUSCO, 2010, p. 12-13).

A desvalorização do dólar foi uma estratégia fracassada, pois acabou não reduzindo a superprodução, mas apenas transferindo a crise da lucratividade. Com o declínio de Bretton Woods², e o início do regime de câmbio flutuante, a financeirização do capital passou a ser cada vez maior, logo o mercado financeiro recebeu enormes investimentos de grandes empresas que recusavam investir na indústria e no comércio devido à incerteza do mercado.

Com efeito, a questão financeira aparece como elemento crucial da nova configuração do capitalismo, com diferenças substanciais não apenas em relação ao fordismo, como também no que diz respeito ao imperialismo clássico. Títulos, ações, derivativos e congêneres tornam-se extremamente vantajosos em comparação a investimentos produtivos, no que concerne a liquidez, risco e rentabilidade (TENENBLAT, 2014, p. 330).

A década de 1970 foi marcada por medidas monetaristas que causaram forte desemprego na economia norte-americana. O crédito sofreu contração e os trabalhadores passaram a ser menos remunerados. Problemas sociais e políticos eram cada vez mais notórios. O Estado norte-americano viu-se obrigado a retomar as políticas keynesianas, trazendo de volta o déficit público, porém também voltou a fazer a economia funcionar (TUSCO, 2010, p. 14).

Decisões erradas que afetaram a área social e política, assim como, as decisões de alteração no câmbio e na lucratividade das empresas visando a redução da superprodução, colocaram em cheque a hegemonia dos Estados Unidos (embora não signifique dizer que tais elementos evidenciam o fim da era hegemônica dos Estados Unidos) que se viram ameaçados por países que atingiam a cada década crescentes resultados em sua economia, como é o caso da China.

2.3 Reformas Econômicas e a Ascensão da China

² Ler BELLUZZO, Luiz Gonzaga Mello. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'**. Campinas, IE/Unicamp p. Revista Economia e Sociedade, n. 4. 1994, p. 11-20.

O processo de ascensão da China no cenário mundial pode ser explicado por diversos fatores que segundo Nonnenberg (2010, p. 203) “não passam de coincidências geográficas, históricas, políticas e econômicas que não podem ser replicadas em outros países ou outras ocasiões”.

No entanto, as reformas econômicas e o despontar da China no eixo-mundo podem ser analisados em dois momentos distintos em suas naturezas e divergentes em suas práticas, sejam elas a respeito do mercado externo e a forma de posicionamento chinês, como também das estratégias econômicas. O primeiro momento compreende o período de 1949-1978, sendo Mao Tsé-Tung como governador. O segundo momento inicia-se em 1978, sob a governança de Deng Xiaoping.

2.3.1 O período de 1949-1978

Essa primeira fase de ascensão do país asiático foi caracterizada pelo crescimento econômico para dentro em que se predominava o isolamento do país tanto para o comércio exterior, como para as relações políticas. Dias (2004, p. 34) acrescenta como características chinesas do período “o planejamento centralizado da atividade econômica, a propriedade estatal dos setores base da atividade econômica e adoção de Planos Quinquenais³”.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e nas décadas subsequentes, a China adotou estratégias econômicas, políticas e sociais que causaram um grande crescimento e desenvolvimento do país. Essas estratégias puderam ser verificadas através de reformas bem elaboradas e que vingaram causando uma grande ascensão a nação asiática.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 a China tenta se reerguer e restabelecer a economia nacional, contudo por outros caminhos que acabaram levando à China a consolidação econômica atual. A grande mudança de trajetória econômica chinesa saindo de um país semifeudal e semicolonial, como também agrário e altamente subdesenvolvido teve início através de Mao Tsé Tung que após uma duradoura luta contra os nacionalistas do partido Kuomintang assume o poder, fundando a República Popular da China (RPC). Nesse sentido Couto (2008, p. 110) destaca que:

³ Ler ZHENG, Lu. **O caminho do desenvolvimento chinês**. In BELLUCCI, Beluce (Org). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Textos & Formas Ltda, 2004. p. 75-100.

Quando a Nova Constituição é promulgada em 1954, Mao inicia a transição socialista que tornou a China a terceira potência mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e da então União Soviética. Mao manteve-se fiel à ideia do desenvolvimento da luta de classes e tentou em vão, entre 1956 e 1957, dar ao conceito um novo impulso por meio da liberdade de expressão durante a chamada Campanha das Cem Flores. (COUTO, 2008, p. 110).

Quanto as medidas tomadas no período após Segunda Guerra Mundial, Bellucci (2004, p. 76-77) destaca 4:

- 1) Confisco da burocrática indústria, das finanças e do comércio capitalista das quatro grandes famílias – Jiang, Song, Kong e Chen – e conversão desse patrimônio em uma economia nacional, representando os interesses do povo de todo o país e permitindo, dessa forma, ao Estado ganhar o controle do suporte vital da economia nacional.
- 2) Unificação das finanças nacionais e contenção da inflação descontrolada, de modo a criar um ambiente macroeconômico adequado ao desenvolvimento da economia.
- 3) Realização da reforma agrária, dividindo 120 milhões de acres de terra entre 300 milhões de camponeses, que tinham pouca ou nenhuma terra para arar, mudando uma situação em que 90% dos camponeses chineses possuíam menos de 30% da terra arável e liberando-os de uma relação de produção feudal.
- 4) Encorajamento e apoio ao crescimento da indústria e do comércio capitalista nacionais. O governo pôs a indústria e o comércio capitalista individuais na órbita de uma nova economia democrática, ajudando-os a solucionar dificuldades com matéria-prima, mercado e capital. (BELLUCCI, 2004, p. 76-77).

2.3.2 O período pós 1978

No período pós 1978 a China toma diversas medidas divergentes do período analisado anteriormente. Essa segunda fase é caracterizada por grandes mudanças econômicas e sociais que culminaram de fato na ascensão do país. Essa segunda fase ainda pode ser dividida em dois fenômenos expansionistas. Um primeiro fenômeno caracterizado pelas Quatro Modernizações, e um segundo fenômeno caracterizado pelo crescimento para fora, onde o país deixa de ser economicamente isolado e abre seu comércio para o mundo.

As altas taxas de crescimento, os avanços tecnológicos, a capacidade de atrair investimentos estrangeiros etc., foram alcançados por meio de políticas nacionais executadas com alto grau de autonomia, num processo que se deslançou após as reformas de 1978 (OLIVEIRA, 2005, p. 3).

2.3.2.1 As quatro modernizações

O tão almejado crescimento chinês teve início com a adoção de um caminho com quatro modernizações (agricultura, defesa nacional, indústria e ciência e tecnologia) estabelecido durante o Terceiro Plenário do 11º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC). Uma vez aderido ao programa de reformas a China poderia captar cada vez mais investimentos de capital estrangeiro e desenvolver-se assim para fora, deixando de ser autossuficiente e passando a ser uma economia de comércio avassalador.

Entre as quatro modernizações que a China teria que aderir, a indústria tinha um papel importantíssimo, pois a mesma seria responsável por grande parte do crescimento interno e externo. O setor industrial sofreu uma descentralização de poder e as empresas públicas passaram a ter uma parte das responsabilidades que antes eram de total domínio dos órgãos governamentais de gestão. Segundo Tusco (2010, p. 32) “com a descentralização do poder as empresas passaram a aumentar sua produção, sendo esta de mais qualidade, e alcançando lucros elevados”.

Enquanto a indústria norte-americana sofria com a superprodução e redução da lucratividade de suas empresas, em virtude das estratégias mal elaboradas, a indústria chinesa, por outro lado, apresentava significativos resultados e um papel cada vez mais fundamental na construção de uma nação mais rica economicamente.

A contribuição da indústria para o PIB aumentou de 160,7 bilhões de iuanes em 1978 para 2 trilhões e 982 bilhões de iuanes em 1996, representando um aumento de 674,2%, de acordo com a constante de preço, com um crescimento anual médio de 12% (BELLUCCI, 2004, p. 86).

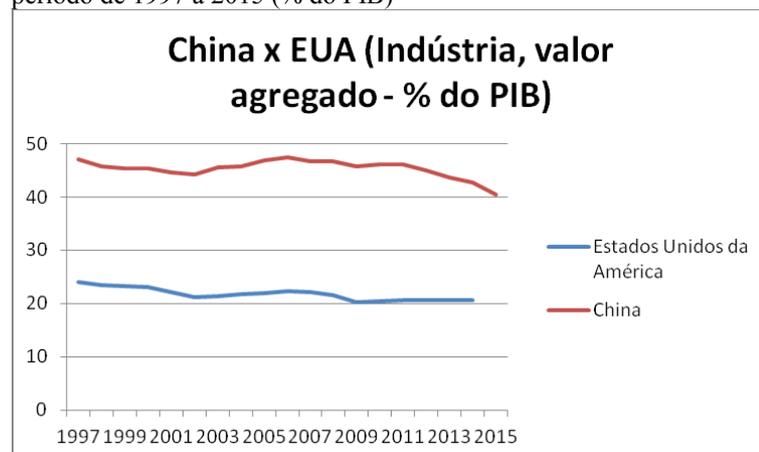


Fonte: Banco Mundial, 2016.

Como podemos observar no gráfico 1, a partir da década de 1970 o valor agregado da indústria chinesa apresentou índices acima de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, principalmente no ano de 1980, após adoção das Quatro Modernizações, chegando aos 47,9%, sendo este o maior índice do intervalo analisado. Do período de 1970 a 2015 o menor valor agregado alcançado pela indústria chinesa foi de 40,5% do PIB.

Buscando fazer uma correlação entre o valor agregado da indústria chinesa e o valor agregado da indústria norte-americana no período de 1997 a 2015 que retrate o despontar da República da China em relação a economia norte americana, pela vertente industrial, chegamos ao gráfico 2.

Gráfico 2 – Valor Agregado da indústria chinesa x norte-americana no período de 1997 a 2015 (% do PIB)



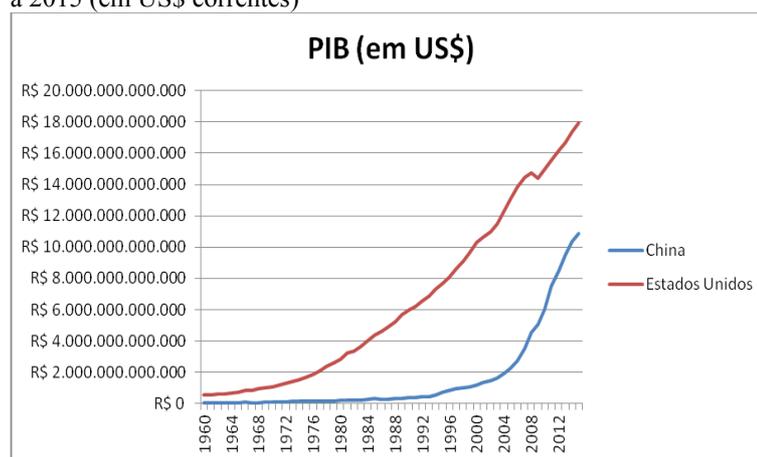
Fonte: Banco Mundial, 2016.

O gráfico 2 mostra claramente o quanto a indústria chinesa apresentou participação em seu PIB, sendo esta, em média 109,6% maior que a participação do valor agregado da

indústria norte-americana no período de 1997 a 2015. A indústria da China apresentou uma média de 45,6% de participação sobre o PIB, enquanto 21,75% do PIB dos Estados Unidos em média eram compostos pelo valor agregado da indústria. De antemão, é crucial analisar os valores referentes ao PIB de cada nação durante o período em questão, para um melhor esclarecimento.

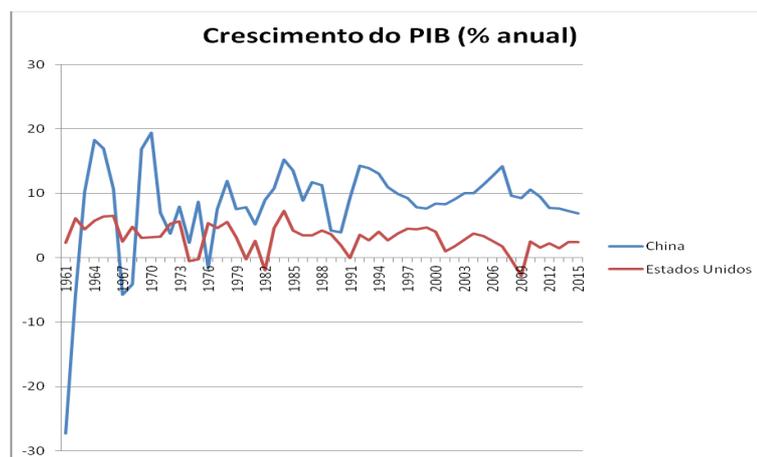
Ao analisarmos o crescimento do PIB das duas nações no intervalo de 1997 a 2015 tanto em US\$ como em % anual percebemos um maior crescimento econômico do Estado chinês. Com média de 9,34% de crescimento, ante 2,34% dos Estados Unidos, tal cenário coloca em cheque a hegemonia econômica norte-americana e justifica o crescimento econômico da China após adoção das Quatro Modernizações, tendo a indústria uma forte participação no possível fenômeno de reordenamento.

Gráfico 3 – Evolução do PIB chinês e americano no intervalo de 1960 a 2015 (em US\$ correntes)



Fonte: Banco Mundial, 2016.

Gráfico 4 – Evolução do PIB chinês e americano no intervalo de 1961 a 2015 (% anual)



Fonte: Banco Mundial, 2016.

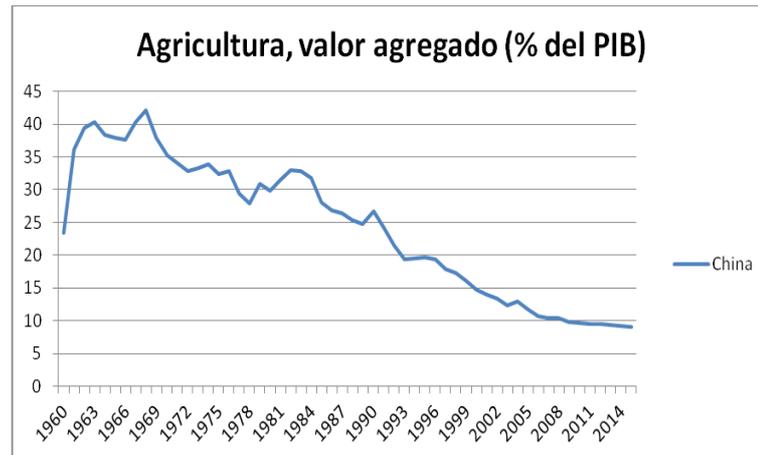
Outro setor que estava dentro das quatro modernizações e que também passou por reformas foi a agricultura. Era essencial criar alternativas que solucionassem a questão agrária da China e conseqüentemente o problema da fome. Com poucas terras cultiváveis e uma população gigantesca, garantir a subsistência de milhares de pessoas não seria uma tarefa fácil.

De acordo com Story (2004, p. 111 *apud* Tusco, 2010, p. 32) “ao modernizar a agricultura, o Estado chinês tinha como objetivo acabar com os direitos de propriedades como características de uma sociedade de classes”. Com isso as terras foram distribuídas as famílias rurais, pondo fim às comunas e melhorando a produção chinesa.

As comunas agrícolas criadas por Mao na revolução socialista começaram a ser dissolvidas e se iniciou um amplo processo de entrega de terras aos camponeses com conseqüente processo de liberalização da economia rural. Os agricultores, como já era feito antes, eram obrigados a vender ao Estado sua produção, esta prática havia levado muitos agricultores a pobreza, uma vez que sua produção era comprada a preços baixíssimos pelo Estado. Com a reforma os agricultores estavam obrigados a vender apenas uma parte da produção, ficando com a liberdade de venda do excedente a preço de mercado. Além disso, em março de 1979 foi decidido um aumento de 20% no pagamento dos produtos agrícolas pelo Estado. Essas mudanças trouxeram tanto impacto no consumo das famílias rurais como na melhoria da produção agrícola (FERRARI, 2008, p.13).

Ao observarmos o gráfico 5 a seguir verificamos a forte contribuição da agricultura para o PIB chinês em especial após 1978 quando adotada as reformas na área. A década de 1980 ainda foi marcada por grande participação do valor agregado da agricultura no Produto Interno Bruto, com reduções mais acentuadas na década de 1990, em detrimento da expansão das importações de matérias primas e *commodities* pela China, tendo o Brasil como um dos principais fornecedores como veremos mais a frente.

Gráfico 5 – Agricultura chinesa no período de 1960 a 2015 (% do PIB)

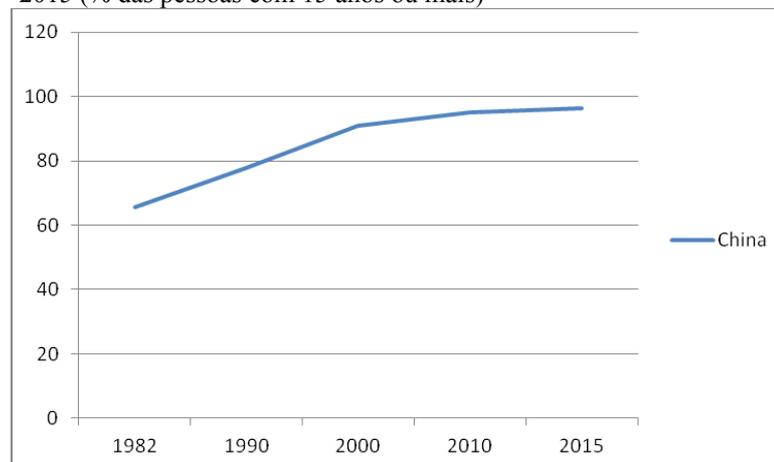


Fonte: Banco Mundial, 2016.

Ainda dentro das quatro modernizações, o Estado chinês fez um forte investimento em educação visando a redução do analfabetismo e a capacitação da população para o mercado de trabalho. A capacitação do povo chinês auxiliou na substituição de máquinas e equipamentos por mão de obra qualificada e barata, possibilitando a produção de mercadorias de qualidade e de baixos custos. Segundo Arrighi (2008, p. 372) “a reforma na educação possibilitou uma grande oferta de operários alfabetizados e industriais que juntos iriam alavancar a produção e inovar com o uso intensivo de conhecimentos”.

A taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais da China passou de 65,5% em 1982, após adoção das modernizações, para 96,36% em 2015, atingindo quase sua totalidade populacional.

Gráfico 6 – Taxa de alfabetização da China no período de 1982 a 2015 (% das pessoas com 15 anos ou mais)



Fonte: Banco Mundial, 2016.

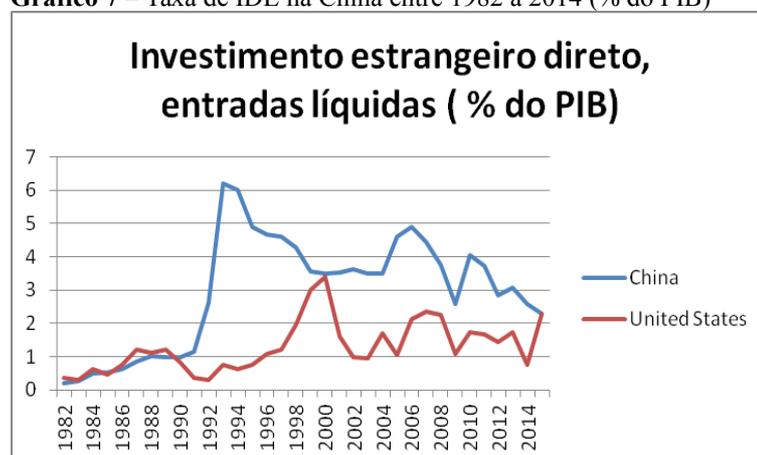
2.3.2.2 Abertura comercial

A partir de 1984 ficou decidida no 3º Plenário do 12º Congresso do PCC a liberalização mais acentuada do comércio exterior e do investimento estrangeiro, podendo-se assim considerar essa fase como a segunda fase do processo de reformas, que tinha como objetivo uma maior integração da China na economia do mundo com um maior foco na produção de bens exportáveis. Essa abertura ocorreu no âmbito do comércio (importação e exportação), através da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) (TUSCO, 2010, p. 33).

Com o objetivo de orientar a localização dos investimentos recebidos, a China estabeleceu em 1980 quatro zonas econômicas especiais, como projeto piloto de uma abertura mais ampla: Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Shantou, localizadas em Guandong e nas províncias Fujian. A política de atração de investimentos foi baseada em tratamentos administrativos preferenciais e redução e isenções tarifárias [...] Dentre as políticas para as empresas estabelecidas nas zonas econômicas, as mais destacadas foram as que estimularam a entrada de empresas no setor produtivo, com projetos acima de 10 anos (ACIOLY, 2005, p. 28).

A abertura do comércio chinês proporcionou a captação de grandes investimentos, uma vez que, o governo dava todas as condições essenciais para a instalação das empresas, além de subsídios, uma grande quantidade de mão de obra barata e qualificada. Observa-se no gráfico 7 a quantidade de IDE – Investimento Direto Estrangeiro captado pela China no período de 1982 a 2014. A partir dos anos 1990 a China conseguiu atrair uma grande quantidade de investimento estrangeiro chegando a atingir patamares acima de 6% do seu PIB anual, valores esses superiores ao captados pela economia norte-americana.

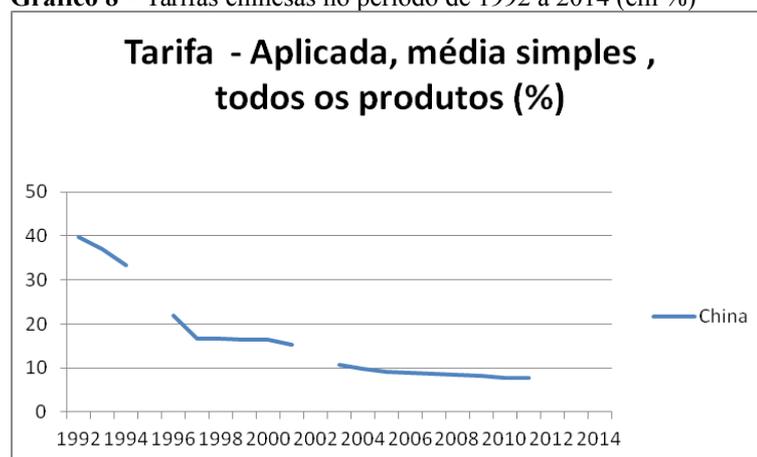
Gráfico 7 – Taxa de IDE na China entre 1982 a 2014 (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial, 2016.

Grandes quantidades de investimento no país só foi possível em virtude da disponibilidade de uma população capacitada como mostrou o gráfico 6 e de diversos outros fatores como reduções tarifárias, que incentivavam a instalação de novas indústrias estrangeiras, como mostra o gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8 – Tarifas chinesas no período de 1992 a 2014 (em %)



Fonte: Banco Mundial, 2016.

As tarifas chinesas reduziram constantemente no período de 1992 a 2014 passando de 39,7% para 7,57% favorecendo a instalação de novas indústrias e conseqüentemente a redução do desemprego no país asiático. Enquanto a nação norte-americana sofria com forte desemprego o Estado chinês passava a empregar cada vez mais, conquistando espaço no mercado internacional.

Gráfico 9 – Desemprego Total da China e dos EUA entre 1980 a 2014 (% da força total de trabalho)

Fonte: Banco Mundial, 2016.

No gráfico 9 evidencia-se uma redução do desemprego na China de 4,9% da força de trabalho total em 1980, após abertura comercial, para 1,79% em 1985. A década de noventa foi marcada por elevações no desemprego e os anos 2000 por certa instabilidade. Diferentemente da China, os EUA apresentaram no mesmo período flutuações na taxa de desemprego chegando próximo de 10% da força de trabalho em situação de desemprego. De certa forma a abertura do comércio da China para o mundo contribuiu para a redução do desemprego no país.

É nesse processo de liberalização do comércio que a China passa a dialogar com as mais diversas nações e intensificar suas relações principalmente com o Brasil, contudo não de imediato, mas evolutivamente, com destaque a partir da década de 1990 como veremos adiante. É nesse processo de modernização sobre quatro ópticas, que a China começa a trilhar o caminho que a levou a um cenário de possível redefinição do eixo econômico mundial.

3 ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA EM CINCO MOMENTOS: UMA ANÁLISE DO PERÍODO (1988-2015)

Para um melhor entendimento dos fatos ocorridos na história entre Brasil e China e do processo evolutivo das relações comerciais entre as duas nações, este trabalho se propôs a montar uma cronologia ou linha do tempo como ponto de partida para o conhecimento do processo de crescimento das transações comerciais (exportações e importações). A cronologia parte de políticas e estratégias vivenciadas pelo Brasil e que auxiliaram na construção das relações entre as duas nações.

- Abertura comercial brasileira
- Uso da política do câmbio fixo e valorizado
- Uso da política do câmbio variável
- Explosão dos preços internacionais das commodities
- Redução dos preços das commodities

3.1 Abertura Comercial Brasileira

A partir de 1988 o comércio brasileiro começou a enfrentar uma mudança em sua orientação. De forma gradual e tímida em seu princípio, essa mudança se caracterizou como uma reforma tarifária que visava alcançar reduções e quedas de barreiras e logo a melhoria nas relações internacionais do comércio brasileiro.

Nessa perspectiva do comércio brasileiro em alcançar uma neutralidade e liberalidade que Azevedo e Portugal (1997, p. 38) discorrem afirmando que “a reforma tarifária pode ser considerada um marco para o comércio brasileiro, pois apresentou resultados concretos como a redução da tarifa média de importação de 51%, entre 1985-87, para 41%, em 1988”.

Tabela 1 – Tarifa nominal de importação brasileira (%) (1985-1990)

Ano	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Média	51,3	51,3	51,0	41,0	35,5	32,2
Moda	30,0	30,0	30,0	40,0	40,0	40,0
Desv. Pad.	26,0	26,0	26,3	17,6	20,8	19,6

Fonte: AZEVEDO; PORTUGAL, (1998, p. 2)⁴.

A reforma tarifária continuou nos anos seguintes a 1989.

Em 1989, teve continuidade o processo de redução do grau de intervencionismo do regime comercial [...] após seis anos de estagnação, o valor das importações brasileiras atingiu US\$ 18,263 bilhões, o que representa um crescimento de 25%. Em 1988, devido à estagnação econômica e à relativa neutralidade cambial, as importações registraram, inclusive, uma pequena queda, chegando a US\$ 14,605 bilhões. Portanto, a recuperação das importações, tanto em valor como em quantum, concentrou-se inteiramente em 1989. (AZEVEDO; PORTUGAL, 1997, p. 39).

Já o ano de 1990 foi marcado pela aceleração do processo de abertura, e pelo início de um novo governo que tinha a frente o presidente Fernando Collor. O governo Collor também foi marcado por profundas mudanças na política de comércio exterior, uma vez que, simultaneamente à adoção do câmbio livre, intensificou-se o programa de liberalização de importações (GIAMBIAGI, F. *et al*, 2011, p. 137).

As medidas tomadas no governo Collor estavam direcionadas para a ampliação da inserção da economia brasileira na economia do sistema mundo, via mudanças na política de importação. A revogação de diversas barreiras não tarifárias era o caminho. Com isso uma série de produtos foi classificada por faixas tarifárias de acordo com seu grau de competitividade, existência de produção doméstica, e estrutura tarifária.

Os resultados obtidos com as medidas de redução tarifária no governo Collor foram positivos.

A implantação do cronograma de redução tarifária teve um impacto direto sobre a tarifa média, a modal e o desvio-padrão. A tarifa média foi reduzida gradualmente de 33,2%, que vigorava em 1990 para 25,3% no primeiro ano, 20,8% no segundo, 16,5% no terceiro e 14% em 1994. Já a tarifa modal apresentou uma queda mais rápida, passando de 40%, em 1990, para 20%, em 1991, mantendo-se neste mesmo patamar até 1994 [...] neste período, enquanto o valor das importações totais cresceu 49,8%, passando de US\$ 14,044 bilhões para US\$ 21,0 bilhões, as importações sob os regimes especiais mantiveram-se estagnadas, ao redor de US\$ 8,5 bilhões (AZEVEDO; PORTUGAL, 1997, p. 41).

⁴ Disponível em: <http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/1997_05.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

Entre 1990 e 1992, o valor das importações permaneceu estagnado em torno de US\$ 20,5 bilhões, enquanto o volume importado cresceu a uma taxa anual média de 8,6% (AZEVEDO; PORTUGAL, 1997, p. 41).

Tabela 2 – Impostos de importação e valor importado (1990-96)

Ano	Alíquota média simples (%)	Valor importado (US\$ milhões FOB)
1990	32,12	20.661
1991	25,19	21.042
1992	20,78	20.554
1993	16,49	22.797
1994	13,97	33.106
1995	13,07	49.263
1996	13,10	49.619

(jan./set.)

Fonte: BAUMANN; RIVERO; ZAVATTIERO, (1997, p. 545)⁵.

Em outubro de 1992, Itamar Franco assume o governo no lugar de Collor que foi deposto. Ao iniciar-se o governo de Itamar Franco [...] a preferência primeiramente dada pela política externa brasileira a países desenvolvidos foi cedendo espaço para as relações com países em desenvolvimento com grande potencial cooperativo (BECARD, 2011, p. 35).

Dessa maneira, as relações comerciais com a Ásia e em particular com a China passaram a se efetivar principalmente no campo da ciência e da tecnologia e das trocas comerciais.

Nessa mesma linha de raciocínio, Tusco (2010, p. 43) relata que “as relações comerciais brasileiras com o mundo em particular com a China, se intensificaram após o término da Guerra Fria e especialmente pelas mudanças políticas e econômicas implementadas pelo Brasil, como a abertura econômica nacional”.

Contudo em 1993, a economia brasileira começa a crescer em resposta a valorização cambial do período que se estendeu ao ano de 1994, que veremos adiante. Nesse período de 1993 a abertura comercial brasileira foi evidente, apresentando resultados significativos. O valor das importações elevou-se em 22,9%, enquanto o quantum cresceu 33% (AZEVEDO; PORTUGAL, 1997, p. 42).

⁵ Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5416/1/PPE_v27_n03_Tarifas.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

3.2 A Política do Câmbio Fixo e Valorizado

As últimas décadas do século XX para o Brasil foram marcadas por sucessivos processos de instabilização da economia nacional. Havia no período uma incompatibilidade de políticas tanto comerciais e industriais com a verdadeira realidade do período. A instabilização decorria, se pudermos simplificar o argumento, de uma inconsistência entre os objetivos da Política Econômica e as condições concretas da economia, tanto no que diz respeito à dinâmica interna da produção quanto da inserção internacional (CORRÊA; FILHO, 2002, p. 105).

Nessa perspectiva, era fundamental buscar mudanças que pudessem alavancar a economia nacional e pudessem trazer prestígios aos órgãos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Com isso, o caminho do crescimento beirava sobre o caminho das reformas institucionais. Segundo Corrêa e Filho (2002, p. 106) “eram necessárias duas mudanças: diminuir os índices de preços (estabilizar a economia) em seguida, a retomada do crescimento via integração ao mercado internacional em virtude da abertura comercial brasileira”.

Macroeconomicamente falando, a integração ao mercado internacional causaria uma expansão das importações brasileiras e logo um efeito negativo sobre a Balança Comercial. Contudo, a mesma integração proporcionaria o ingresso de investimento de empresas estrangeiras (IDE), que passariam a ter um viés exportador, revertendo a situação inicial deficitária da Balança Comercial.

Tabela 3 - Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil (em US\$ milhões)

País	Ingresso		Crescimento (Percentual)
	1995	2000	
Alemanha	5.828,04	5.110,24	-12%
Cayman, Ilhas	891,68	6.224,81	598%
China, República Popular	27,90	37,74	35%
Espanha	251,01	12.253,09	4782%
Estados Unidos	10.852,18	24.500,11	126%
França	2.031,46	6.930,85	241%
Países Baixos (Holanda)	1.545,80	11.055,33	615%

Fonte: Banco Central do Brasil, (2016). Elaboração do autor.

Como podemos observar na tabela 3 a integração ao mercado internacional proporcionou ao Brasil o ingresso de uma grande quantidade de recursos estrangeiros,

principalmente de países europeus. O principal investidor na economia do Brasil no período de 1995 a 2000 foram os Estados Unidos com quase de US\$ 25 bilhões de dólares investidos, por outro lado, o país que teve maior variação de investimento no mesmo período foi a Espanha com 4782%.

Ao diminuir os índices de preços, em outras palavras, estabilizar os índices inflacionários, permitiu-se o ingresso de recursos, pois o Brasil enfrentava um momento atípico de ampla liquidez internacional e uma dívida externa equacionada. Havia um caminho favorável ao ingresso de capitais. O próprio movimento do mercado foi responsável pela sobrevalorização que facilitou o ingresso de capitais e a própria estabilização (TAVARES, 1998 *apud* CORRÊA; FILHO, 2002, p. 108).

A partir da valorização do câmbio, o mesmo passou a ser controlado através de bandas cambiais, buscando assim a sua estabilidade. No período de 1994 a 1999 adotou-se um regime de câmbio fixo paralelamente a ampla abertura comercial e financeira. A valorização cambial proporcionou o forte ingresso de importações, como podemos ver na tabela 4, a preços baixíssimos, fato que auxiliou o controle da inflação brasileira.

Tabela 4 – Balança comercial brasileira entre 1994/99 (em US\$ bilhões)

Balança Comercial	Exportação	Importação	Saldo	Taxa de Cobertura
1999	48,011	49,272	-1,261	97,44%
1998	51,12	57,594	-6,474	88,76%
1997	52,99	61,347	-8,357	86,38 %
1996	47,747	53,301	-5,554	89,58%
1995	46,506	49,664	-3,158	93,64%
1994	43,545	33,105	10,44	131,54%

Fonte: Banco Central do Brasil, (2016).

Nota-se na tabela 4 que no período de 1995 a 1999 com a adoção da política do câmbio fixo e valorizado, as importações foram superiores as exportações causando um déficit na Balança Comercial brasileira, por outro lado reduzindo a inflação interna do país. A taxa de cobertura⁶ do país no período foi superior a 86% em todos os anos.

Este período diz respeito a um momento de relativa melhora do ambiente macroeconômico, caracterizado pela retomada da liquidez internacional para os países emergentes e pela redução da incerteza macroeconômica de curto prazo, decorrente da estabilização da inflação. No entanto, estas melhores condições

⁶ Razão entre o total de exportações e importações do país, indicando o grau de dependência do país em relação ao mercado externo.

combinaram-se com um aumento da incerteza microeconômica promovida pelo aprofundamento da liberalização comercial e pela valorização da taxa de câmbio real efetiva. (AMITRANO, 2005, p. 210)

Seguindo a linha de incertezas macroeconômicas promovidas pelo câmbio valorizado e a liberalização comercial, Giambiagi *et al* (2011) destacam:

Devido ao aumento das importações e à maior despesa associada ao passivo externo, o déficit em conta corrente – que fora apenas US\$ 2 bilhões em 1994 – ultrapassaram US\$ 30 bilhões em 1997. Ao mesmo tempo, a dívida externa líquida [...] voltou a aumentar rapidamente em 1996-1997. Essa relação agravou-se ainda mais em 1998, com a crise internacional que reduziu as exportações brasileiras naquele ano. (GIAMBIAGI, F. *et al*, 2011, p. 169-170)

3.3 A Política do Câmbio Variável

Os anos após 1998 são marcados por uma nova etapa na política de estabilização, onde passam-se a adotar um regime de câmbio flexível, ante a âncora cambial vigente entre 1994 a 1998. Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN) (1998-2006) “foi instituído pelo nº 3088, de 21 de junho de 1999, o sistema de metas de inflação, nele foi estabelecido metas e intervalos de tolerâncias para as taxas de inflação em horizontes de tempo determinados”.

Para Amitrano (2005, p. 211) “o período de 1998 até 2005 é identificado pela consolidação do modelo de crescimento instável e de baixo dinamismo, em detrimento da adoção do novo regime macroeconômico”.

Esse período pode ser subdividido em dois momentos:

1) O primeiro (1999-2002) está associado à mudança para o novo regime de política macro (câmbio flexível-regime de metas-superávit fiscal elevado), à definição de uma forma de operação de seus instrumentos que procurava se adaptar à conjuntura vigente (flexível) e ao início da implementação da agenda microeconômica. 2) O segundo subperíodo (2003-2005) pode ser identificado como de maturidade ou vigência plena do novo regime de política macro, porém com alterações em sua forma de manejo, de tal sorte que a administração do regime de metas perdeu grau de liberdade na sua condução. Não obstante, este momento também é caracterizado por ambiguidades na política estrutural, sintetizadas na convivência entre a agenda microeconômica e a instauração de uma política de desenvolvimento minimalista (AMITRANO, 2005, p. 211).

Diferentemente do período entre 1994 a 1998, no período de câmbio flexível as exportações tiveram papel importante na economia brasileira, cujas taxas de crescimento sobre a ótica da produção e da demanda foram significativas, como pode-se ver na tabela 5.

Tabela 5 - Variação (%) do PIB pela ótica da produção e da demanda.

Variáveis	Período		No ano		
	1999-2002	2003-2005	2003	2004	2005
Agropecuária	5,4	3,5	4,5	5,3	0,8
Indústria	1,1	2,9	0,1	6,2	2,5
- De Transformação	1,9	3,3	1,1	7,7	1,3
- Extrativa	5,3	4,2	2,9	-0,7	10,9
Serviços	2,3	2,0	0,6	3,3	2,0
PIB a Preços de Mercado	2,2	2,6	0,5	4,9	2,3
Consumo das Famílias	0,9	1,9	-1,5	4,1	3,1
Consumo do Governo	1,5	1,0	1,3	0,1	1,6
FBCF	-1,6	2,3	-5,1	10,9	1,6
Exportações	9,7	12,8	0,9	18,0	11,6
Importações (-)	-4,3	7,2	-1,7	14,3	9,5

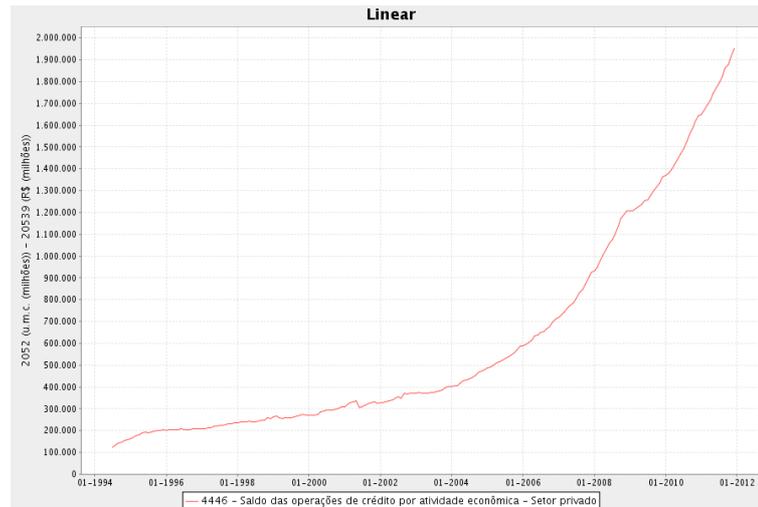
Fonte: AMITRANO, (nov. 2005/abr. 2006, p. 212)⁷.

Este novo momento da economia brasileira apresenta um maior crescimento, dinâmica e estabilidade do setor agropecuário e da indústria, em especial a extrativista, apresentando nos anos 2000 elevados crescimentos e um redirecionamento do ciclo econômico brasileiro, agora em direção as *commodities* e aos produtos com baixa tecnologia agregada, como veremos adiante.

Há também no período, sobre a batuta de Lula da Silva, um crescimento do consumo das famílias caracterizado pelo incremento do volume de crédito para a população como mostra o gráfico 10, além do controle a inflação, fatores estes que influenciaram no crescimento do PIB.

Gráfico 10 – Expansão do Crédito brasileiro entre 1994-2011 (em milhões R\$)

⁷ Disponível em: < http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/pesquisa-2003-2006/Secao_VII07-PEF.pdf>. Acesso em: ago. 2016.



Fonte: ROQHE, (2016)⁸.

O período de câmbio flutuante favoreceu de certa forma as exportações brasileiras e consequentemente a Balança Comercial do país. Verifica-se na tabela 6 que após a política macroeconômica entrar em vigor no Brasil, a Balança Comercial apresentou saldos significativos, tais resultados mostraram-se contínuos até 2014 onde as importações voltaram a ser maiores que as exportações nacionais.

⁸ Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2190>>. Acesso em: ago. 2016.

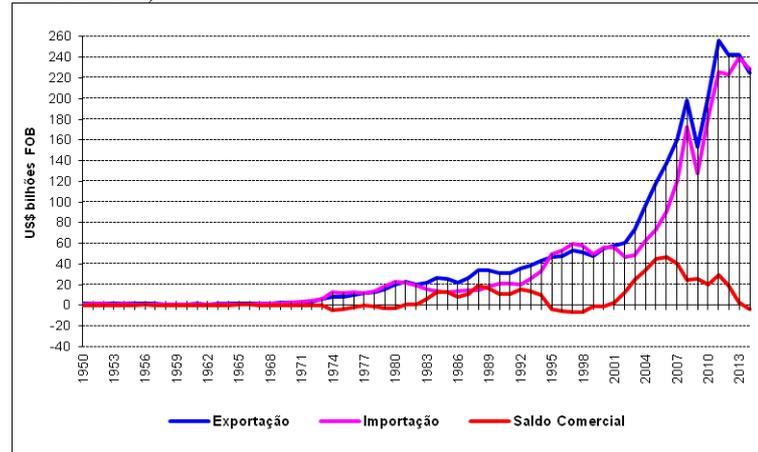
Tabela 6 – Intercâmbio Comercial Brasileiro (2000-2015)

Ano/Mês	Exportação			Importação			Resultado		
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part. %	US\$ FOB (B)	Var.%	Part. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTURA (A/B)
2000	55.118.919.865	0,00	100,00	55.850.663.138	0,00	100,00	-731.743.273	110.969.583.003	0,99
2001	58.286.593.021	5,75	100,00	55.601.758.416	-0,45	100,00	2.684.834.605	113.888.351.437	1,05
2002	60.438.653.035	3,69	100,00	47.242.654.199	-15,03	100,00	13.195.998.836	107.681.307.234	1,28
2003	73.203.222.075	21,12	100,00	48.325.566.630	2,29	100,00	24.877.655.445	121.528.788.705	1,51
2004	96.677.498.766	32,07	100,00	62.835.615.629	30,03	100,00	33.841.883.137	159.513.114.395	1,54
2005	118.529.184.899	22,60	100,00	73.600.375.672	17,13	100,00	44.928.809.227	192.129.560.571	1,61
2006	137.807.469.531	16,26	100,00	91.350.840.805	24,12	100,00	46.456.628.726	229.158.310.336	1,51
2007	160.649.072.830	16,58	100,00	120.617.446.250	32,04	100,00	40.031.626.580	281.266.519.080	1,33
2008	197.942.442.909	23,21	100,00	172.984.767.614	43,42	100,00	24.957.675.295	370.927.210.523	1,14
2009	152.994.742.805	-22,71	100,00	127.722.342.988	-26,17	100,00	25.272.399.817	280.717.085.793	1,20
2010	201.915.285.335	31,98	100,00	181.768.427.438	42,32	100,00	20.146.857.897	383.683.712.773	1,11
2011	256.039.574.768	26,81	100,00	226.246.755.801	24,47	100,00	29.792.818.967	482.286.330.569	1,13
2012	242.578.013.546	-5,26	100,00	223.183.476.643	-1,35	100,00	19.394.536.903	465.761.490.189	1,09
2013	242.033.574.720	-0,22	100,00	239.747.515.987	7,42	100,00	2.286.058.733	481.781.090.707	1,01
2014	225.100.884.831	-7,00	100,00	229.154.462.583	-4,42	100,00	-4.053.577.752	454.255.347.414	0,98
2015	191.134.324.584	-15,09	100,00	171.449.050.909	-25,18	100,00	19.685.273.675	362.583.375.493	1,11

Fonte: MDIC, (2016).

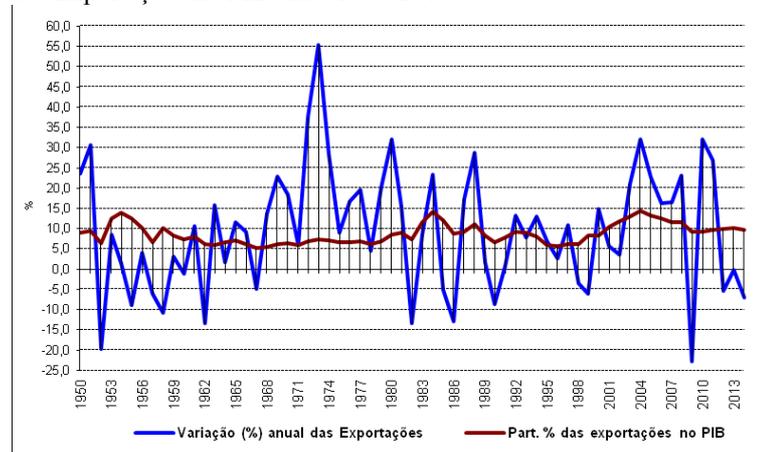
Analisando a relação das importações e exportações pelo gráfico 11, a seguir, verificamos o comportamento da Balança Comercial brasileira no período de câmbio valorizado, assim como, podemos ver no gráfico 12 a participação das exportações sobre o PIB brasileiro durante o mesmo período de política macroeconômica.

Gráfico 11 - Balança Comercial Brasileira entre 1950 a 2014 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: MDIC, (2016).

Gráfico 12 - Variação (%) Anual das Exportações e Participação (%) das Exportações no PIB entre 1980-2014



Fonte: MDIC, (2016).

Ademais, a partir de meados dos anos 2000 registra-se falta de dinamismo do setor externo e desaceleração no ritmo de crescimento das exportações, assim como, da Formação Bruta de Capital Fixo.

Certamente, a perda de dinamismo do setor externo esteve relacionada à excessiva valorização do real, que ocorreu não só em termos históricos, mas também relativamente aos demais países emergentes [...] houve também a redução dos preços de algumas commodities importantes. Já a queda nos investimentos decorreu,

de um lado, da menor intensidade do efeito acelerador proveniente do setor externo e, de outro, das elevadas taxas de juros (AMITRANO, 2005, p. 216).

3.4 Boom dos Preços Internacionais das Commodities

Desde 2000, o setor agropecuário brasileiro e a indústria extrativa têm apresentado resultados otimistas. A emergência de grandes demandantes de *commodities* como a China, tem contribuído para os resultados. O câmbio favorável para a exportação também teve um grande papel no crescimento do setor agropecuário e extrativista, assim como, na reversão dos resultados pífios da Balança Comercial nacional. O cenário internacional apresentava uma novidade que mudaria o comércio brasileiro: a ascensão da China e seu mercado altamente consumidor de *commodities* e exportador.

A partir de 2002 a China passa a investir fortemente em sua indústria de base através de um acelerado uso de capital intensivo. Tal investimento girava em torno da demanda por matérias primas como minerais, metais e fontes de energia. Para se alcançar o crescimento e satisfazer a demanda de matéria-prima, a China passou a criar laços com países ricos em *commodities* da América Latina e outros continentes.

Assim, a demanda chinesa por matérias-primas – que exigiu em si a manutenção de laços estreitos com países-chave, ricos em commodities, na trajetória de desenvolvimento da indústria de base da última década –, funciona como pilar de sustentação de seu relacionamento com muitos dos maiores e mais importantes países latino-americanos e outros grandes produtores de produtos primários (FERCHEN, 2010, p. 107).

Ainda segundo Ferchen (2010, p. 107) “esse aumento repentino das importações de matérias-primas pela China feita a países como Brasil é um dos principais fatores causadores do aumento súbito dos preços das *commodities*”.

Gráfico 13 – Evolução dos preços internacionais das *commodities* entre 2000-2012 (média mensal em US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil, (2012)⁹.

Como mostra o gráfico 13 a alta nos preços internacionais das *commodities* iniciou-se no começo dos anos 2000 com tendência de crescimento até o final da primeira década, apresentando forte redução em 2008, conseqüentemente em virtude da crise mundial do período, e ascensão nos anos seguintes. A evolução dos preços registrada no gráfico 13 e que influenciou a economia brasileira de forma positiva, esteve associada ao despontar de atividades econômicas de países emergentes, principalmente asiáticos, sobretudo a China, onde passaram a demandar cada vez mais produtos intensivos em *commodities* básicas.

A Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) entidade que trabalha no combate a fome e pobreza através da melhoria da segurança alimentar questionou o *boom* nos preços das *commodities*. O índice de preços de alimentos da FAO registrou um aumento de 7% em 2006 e 27% em 2007 (FAO, 2009 *apud* ALVEZ, 2014, p. 18).

No período de janeiro de 2003 a julho de 2008, a cotação das *commodities* agregadas multiplicou-se por três, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2012 *apud* BLACK, 2013, p. 69).

Neste mesmo período de acordo com Masters & White (2008 *apud* Alves, 2014, p. 26) “a destinação de dinheiro para índices de *commodities* passou de US\$ 13 bilhões para US\$ 317 bilhões”.

3.5 Redução dos Preços das Commodities

Nos primeiros anos dos anos 2000 o Brasil viveu um período de baixo dinamismo como retratado anteriormente. Nos anos posteriores, o país passou a apresentar traços que

⁹ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2012/09/ri201209b3p.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

marcavam a superação da falta de dinâmica em virtude do crescente comércio brasileiro de *commodities*, principalmente com a China. Nesse quadro, de maior dinamismo doméstico, e cenário internacional benigno, sobreveio a crise financeira global, reconhecidamente a mais intensa e relevante desde a Grande Depressão (CARNEIRO, 2010, p. 1).

A crise financeira internacional, ou “crise de 2008”¹⁰ surgiu a partir do mercado imobiliário norte-americano. Essa crise foi criada e desenvolvida nos Estados Unidos, a partir do ano 2000, como resultado da corrida especulatória no mercado de ações, e, posteriormente, no mercado de títulos subprime (CARDOTE, 2009, p. 2).

Afetado pela crise mundial, o preço das *commodities* no segundo semestre de 2008 também mergulhou em crise, apresentando redução interna como mostrado no gráfico 13. O período pós-eclosão da crise de 2008 foi marcado por instabilidade e movimentos baixistas no preço das *commodities*.

No início de 2009, os preços iniciaram sua recuperação, apesar de que a indústria e as economias mundiais só apresentariam alguma recuperação no início do segundo semestre de 2009. Em 2010, as cotações permaneceram em rota ascendente, e um novo patamar foi atingido em abril de 2011 [...] A partir de maio de 2011, iniciou-se um movimento baixista no preço das *commodities*. Em dezembro de 2011, a cotação das *commodities* sem combustíveis diminuiu 19,73% em relação a abril do mesmo ano. Já em 2012, os preços, em geral, apresentaram alguma recuperação até março, com queda em abril deste ano (BLACK, 2013, p. 69).

A redução do preço das *commodities* e principalmente sua instabilidade, que ano apresentou crescimento, outrora um declínio, contribuíram e contribuem atualmente de forma negativa para a Balança Comercial brasileira. Nos últimos anos o comércio externo brasileiro apresentou declínio em seu superávit comercial. Segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) (2014, p.1) “em 2013 o saldo da Balança Comercial reduziu 87% em comparação a 2012 e as importações cresceram 7,36%”.

Ainda de acordo com Associação de Comércio Exterior do Brasil (2015, p.1) “em 2014 o Brasil apresentou um déficit de US\$ 3,9 bilhões interrompendo um ciclo de 13 anos de superávits” como retratado na tabela 6.

Independente de alguns resultados negativos que a economia brasileira atingiu, as políticas e estratégias vivenciadas pelo país como a Abertura Comercial Brasileira, a política do câmbio fixo e valorizado, a política do câmbio variável e desvalorizado, a explosão dos preços internacionais das *commodities* e a redução dos preços das *commodities* auxiliaram na construção das relações sino-brasileiras e trouxeram impactos positivos e significativos para ambos os países principalmente para o Brasil, dessa forma, acredita-se que tais resultados

¹⁰ Ler Paul Krugman - A crise de 2008 e a economia da depressão, Editora Campus, 2009.

sejam eles positivos ou negativos inserem-se em um contexto de dependência comercial do Brasil com o país asiático como veremos adiante.

4 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO SINO-BRASILEIRO E SEUS RESULTADOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.

4.1 A Parceria Sino-Brasileira

O crescimento econômico da China por meio de reformas aqui mencionadas no capítulo 2 ampliaram o mercado internacional do país e colocaram em cheque a posição hierárquica dos Estados Unidos. O contínuo crescimento da economia chinesa nos anos posteriores a sua abertura econômica e em especial a partir dos anos 1990 estavam ligados a necessidade de atrair cada vez mais recursos naturais, novas capacidades tecnológicas e mais acesso ao mercado através de relações políticas internacional, como a que existe com o Brasil.

Contudo, a história das relações sino-brasileiras nos leva há várias décadas atrás, tendo mais efetividade nos últimos 30 anos. A história comum entre Brasil e China, cujas raízes remontam aos anos 1950, passou por diversas etapas que refletiram sobremaneira os projetos desenvolvimentistas de ambos os países e sua capacidade de adaptação às transformações em curso no sistema internacional (BECARD, 2011, p. 31).

A partir dos anos 1980 as relações comerciais do Brasil com a China de fato começaram a se construir e passaram a indicar certa autonomia do país no comércio entre as duas nações. De acordo com Becard (2011, p. 34) “para o Brasil o comércio era vantajoso, pois havia o desejo de se manter frente aos países desenvolvidos, para a China o comércio com o Brasil iria contrabalançar as restrições à aquisição de tecnologia avançada impostas pelos países desenvolvidos”.

Os anos 1990 são caracterizados pela construção da parceria estratégica entre as duas nações de forma bilateral. Estava sendo impresso nesse período um novo relacionamento com a China que tendeu-se ao crescimento do comércio entre as duas nações principalmente na década seguinte. Para Becard (2011, p. 36) “a corrente comercial sino-brasileira registrou crescimento a partir de 2000, o qual pode ser explicado tanto pela superação da crise financeira na Ásia como do surgimento de novos fluxos de crescimento na China, entre outros”.

Desde então, o ritmo de expansão do comércio bilateral foi mais intenso do que o verificado no conjunto do comércio exterior brasileiro. No ciclo de alta de preços das matérias primas, depois de 2003, os superávits brasileiros foram crescentes (CUNHA *et al*, 2011, p. 413).

Os benefícios alcançados pela economia brasileira fruto da relação comercial com a China, principalmente de matérias primas, refletiam cada vez mais na Balança Comercial do

Brasil que intensificou a quantidade de produtos básicos exportados para o país asiático a partir de 1990.

Em relação ao comércio sino-brasileiro, este apresentou um grande salto nas últimas décadas. A China aumentou muito a sua demanda por matérias-primas e impulsionadas por isso, as exportações brasileiras para a China cresceram cerca de 97,45% de 1990 até agora. (FERRARI, 2008, p. 23).

As relações comerciais progrediram cada vez mais, em especial a partir de 2003 até os dias atuais. Esse período é caracterizado pela maturação das relações comerciais entre China e Brasil. Foi no governo de Lula da Silva que a política externa brasileira foi remodelada e a inserção internacional foi revigorante.

4.2 Os Impactos do Comércio Sino-Brasileiro para a Economia do Brasil

A ascensão da China no mercado internacional nos últimos tempos abriu uma janela de oportunidades para o Brasil, onde as duas nações passaram a apresentar uma forte complementaridade econômica.

A corrente comercial caracterizada pela soma das importações e exportações entre Brasil e China apresentou grandes resultados e benefícios (em termos conjunturais e quantitativos) ao Brasil. Seus valores significativos acabaram que facilitando ao Brasil o enfrentamento de ajustes econômicos e crises externas que pudessem surgir. Além do mais, tais resultados mostram a intensa abertura comercial brasileira que vem se expandindo a cada ano.

O intercâmbio sino-brasileiro trouxe ainda resultados favoráveis para a balança comercial brasileira que apresentou saldos positivos nos anos que se seguiram a maturação do intercâmbio, com ressalvas para 2007 e 2008, anos próximos a crise internacional, como retratado anteriormente. A exportação de *commodities* tem uma grande participação no superávit comercial do Brasil com a China.

A grande demanda de alimentos e da indústria intensiva em recursos naturais da China proporcionou um salto considerável nas exportações brasileiras de *commodities*, sobretudo de

minério de ferro, soja, carnes, petróleo e celulose (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015, p. 9).

O Produto Interno Bruto – PIB brasileiro também apresentou resultados positivos tendo como participação o comércio sino-brasileiro. No período de maturação das relações comerciais e explosão nos preços das *commodities* o PIB cresceu em média 4,84% entre 2004 e 2008. Da mesma forma, a crise de 2008 e a redução nos preços das *commodities* também afetaram a economia brasileira como verifica-se no gráfico 15.

Gráfico 14 – Crescimento Histórico do PIB Brasileiro entre 2000-2015 (em %)



Fonte: ADVFN, (2016).

Observa-se na tabela 7 abaixo que as exportações brasileiras para o mundo correspondiam a 8,20% do seu PIB em 1990, passando para 11,15% em 2010. Desse total, grande parcela pode ser explicada pelo comércio com a China, como veremos adiante.

Tabela 7 - Composição do PIB: ótica da demanda entre 1990-2010 (em % do PIB)

Ano	Consumo	Formação Bruta de Capital
-----	---------	---------------------------

	Total	Famílias ^a	Governo	Total	Fixo	Varição de estoques	Exportação	Importação (-)	PIB a preços de mercado
1990	78,59	59,30	19,29	20,17	20,66	-0,50	8,20	6,96	100
1991	79,47	61,57	17,90	19,77	18,11	1,66	8,68	7,91	100
1992	78,58	61,52	17,06	18,93	18,42	0,51	10,87	8,39	100
1993	77,75	60,08	17,66	20,85	19,28	1,56	10,50	9,10	100
1994	77,50	59,64	17,87	22,15	20,75	1,40	9,51	9,16	100
1995	83,49	62,46	21,04	18,03	18,32	-0,30	7,26	8,78	100
1996	84,76	64,66	20,10	17,04	16,87	0,17	6,57	8,37	100
1997	84,77	64,88	19,90	17,43	17,37	0,06	6,82	9,02	100
1998	84,97	64,33	20,64	17,03	16,97	0,06	6,93	8,93	100
1999	85,03	64,73	20,30	16,38	15,66	0,72	9,41	10,82	100
2000	83,51	64,35	19,17	18,25	16,80	1,45	9,98	11,74	100
2001	83,29	63,47	19,82	18,03	17,03	1,00	12,18	13,50	100
2002	82,29	61,72	20,57	16,20	16,39	-0,19	14,10	12,58	100
2003	81,32	61,93	19,39	15,77	15,28	0,49	14,99	12,08	100
2004	79,01	59,78	19,23	17,12	16,10	1,02	16,43	12,55	100
2005	80,19	60,27	19,91	16,21	15,94	0,27	15,13	11,52	100
2006	80,34	60,30	20,04	16,76	16,43	0,32	14,37	11,47	100
2007	80,15	59,90	20,26	18,33	17,44	0,89	13,36	11,84	100
2008	79,12	58,94	20,19	20,69	19,11	1,57	13,66	13,47	100
2009	83,55	61,74	21,81	16,51	16,95	-0,44	11,12	11,18	100
2010	81,74	60,57	21,17	19,25	18,45	0,80	11,15	12,15	100

Fonte: IBGE (2011) - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Elaboração: Ipea/Dimac.

Dados anteriores a 1995 segundo antiga metodologia.

*Inclui consumo das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF).

De forma geral, o que vem se observando nas últimas décadas é uma maior projeção comercial do Brasil e uma maior dinâmica nas relações entre este e a China. Os resultados para a economia brasileira têm sido significativos e favoráveis, uma vez que, há entre essas duas nações um fluxo maduro de comércio e investimentos.

5. A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO COMÉRCIO COM A CHINA

Com o florescimento das relações econômicas bilaterais entre Brasil e China, a economia brasileira direcionou-se a um ajustamento das demandas comerciais chinesas, principalmente por *commodities*. Por outro lado, as empresas brasileiras ficaram cada vez mais dependentes de componentes produzidos na China com baixos custos de produção.

Outros elementos que vieram acarretar um ajustamento, além da relação comercial, foi uma possível desindustrialização brasileira e o avanço do neoliberalismo.

Sobre o primeiro, Oreiro e Feijó citam:

O conceito “clássico” de “desindustrialização” foi definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região [...] se a desindustrialização vier acompanhada de uma “re-primarização” da pauta de exportações, ou seja, por um processo de reversão da pauta exportadora na direção de commodities, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico; então isso pode ser sintoma da ocorrência de “doença holandesa”, ou seja, a desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da descoberta de recursos naturais escassos num determinado país ou região. (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 222).

Sobre o segundo, Gennari (2001, p. 30) afirma que “o Governo Collor significou o início de uma ruptura da trajetória brasileira onde foi implementada uma ousada política de privatizações e de liberalização econômica, tanto no que tange aos fluxos de capitais quanto aos fluxos de mercadorias”. De acordo com Filgueiras (2000, p. 84 *apud* Gennari 2001, p. 34) “pela primeira vez surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais”. Ou seja, o neoliberalismo também como elemento formador do processo de ajustamento de demanda na relação Brasil-China.

Essa relação comercial entre os dois países se intensificou ao longo dos anos pós-abertura comercial de ambas as nações ocasionando uma mudança do principal parceiro comercial brasileiro como abordado anteriormente e uma possível dependência crescente do comércio com a China.

Este capítulo apresenta os possíveis fenômenos que tenham contribuído para o processo de dependência econômica brasileira em relação ao comércio com a China. Entretanto, ao se buscar explicar essa possível existência de dependência econômica, principalmente durante a década de 1990 e os primórdios dos anos 2000, parte-se da criação

de uma nova historicidade dividida em seis sessões com o intuito de facilitar o entendimento do tema.

Na primeira sessão serão abordados, de forma conceitual, os termos de dependência e vulnerabilidade externa.

A segunda sessão busca retratar o processo de inversão da pauta exportadora brasileira a partir da análise da Balança de Comércio e dos produtos transacionados entre Brasil e China, configurando-se assim como um primeiro fenômeno construtor da dependência econômica brasileira.

O início da reprimarização da pauta exportadora brasileira caracterizada pelo direcionamento das exportações em grandes volumes de produtos primários com baixa tecnologia agregada e a redução das exportações de produtos semimanufaturados e manufaturados para a China será discutido da terceira sessão deste trabalho.

A quarta sessão traz a consolidação do processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira através de análises dos produtos transacionados e da aproximação bem sucedida entre Brasil e China onde a China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro na década de 2000.

A quinta sessão trata de analisar o fluxo de IDE chinês para o Brasil como elemento construtor e demonstrador da dependência.

Na sexta e última sessão será abordada a vulnerabilidade externa brasileira e a dependência consolidada.

5.1 Considerações Conceituais sobre os Termos Vulnerabilidade Externa e Dependência

Com o processo de globalização financeira e abertura dos mercados de capitais a economia mundial ganhou novos contornos e direcionamentos principalmente no que diz respeito à vulnerabilidade externa de uma nação. Segundo Sales (2012, p. 13) “o problema da vulnerabilidade externa deixou de ser unicamente comercial e de deterioração dos termos de troca direcionando-se também para a esfera financeira”.

O termo vulnerabilidade externa nos remete a fraqueza em que se encontra determinado elemento em relação a fatos e fatores que se encontram externamente. Para Gonçalves (1999, p. 59) “a vulnerabilidade externa é caracterizada quando o país passa por riscos altos de graves desequilíbrios externos”.

Outra definição nos diz que: o conceito de vulnerabilidade externa define-se como a probabilidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos; quanto mais baixa essa probabilidade, maior é a vulnerabilidade externa (CASA, 2010, p. 7). Em outras palavras, quando uma nação não apresenta resistência a acontecimentos externos, a mesma se encontra vulnerável a crises internas¹¹.

A vulnerabilidade externa também é entendida de forma restrita, como o montante da dívida externa líquida (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 516).

Buscar conceituar o termo vulnerabilidade externa nos remonta a duas inversões proporcionais. Uma relacionada à razão entre Dívida Externa Líquida¹² e Exportações e a outra a proporção entre grau de poder, propriamente dito, e vulnerabilidade.

Sobre a primeira, Casa (2010, p. 10) diz que “o conceito de vulnerabilidade externa estaria associado à dificuldade de uma nação nas suas contas externas que vai além da razão entre Dívida Externa Líquida e Exportações”.

Nessa mesma linha de raciocínio Carneiro (2002 *apud* Noije, 2011, p. 8) diz que “quanto maior a acumulação do passivo externo líquido, mais elevado será a vulnerabilidade externa”. Ou seja, o endividamento externo líquido acumulativo é prejudicial à estabilidade econômica de uma nação.

Sobre a segunda: o conceito de vulnerabilidade externa nos remete ao conceito de poder no sistema internacional. O poder efetivo é inversamente proporcional à vulnerabilidade externa (GONÇALVES, 2005 *apud* NOIJE, 2011, p. 8). Em outras palavras, quando maior for o poder efetivo¹³ de uma nação, mais mecanismos que permitam a redução da vulnerabilidade externa estrutural, ela possuirá.

Nessa mesma linha de raciocínio Pinto e Gonçalves (2015) destacam:

Contrario sensu, a vulnerabilidade externa estrutural expressa a capacidade, em razão inversa, de resistência a pressões externas. Ou seja, alta vulnerabilidade externa estrutural significa baixo poder efetivo e vice-versa. Portanto, ainda que a base material de poder informe o poder potencial do país, as condições de vulnerabilidade externa estrutural definem o poder efetivo (PINTO; GONÇALVES, 2015, p. 453).

¹¹ A interpretação de crises internas como sendo resultados de abalos externos (sejam estas crises um processo de escalada inflacionária, sejam um descontrole sobre os níveis de endividamento público) vem sendo cristalizada, há décadas, pelos economistas keynesianos (CASA, 2010, p. 3).

¹² Ver <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx?subtema=23#ancora_consulta>.

¹³ Em suma, o poder efetivo de um país significa a sua probabilidade real de exercer sua própria vontade independentemente da vontade alheia; ou de resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos (PINTO; GONÇALVES, 2015, p. 453).

Atrelado à vulnerabilidade externa está o conceito de dependência que admite várias acepções que partem desde a relação entre origem e união, passando pela subordinação a uma nação superior até a subordinação de um sujeito.

A grande maioria dos conceitos de dependência econômica remete-se a questão do previdenciário.

Dependência econômica, para a lei previdenciária, consiste na situação em que certa pessoa vive, relativamente a um segurado, por ele sendo, no todo ou em parte, efetivamente ou presumidamente, mantida e sustentada. Corresponde, assim, a um estado de fato, não a uma decorrência puramente jurídica das relações entre parentes. (COIMBRA, 1994 *apud* CHAVES, 2014).

Amorim (1983) também remete a dependência ao previdenciário:

O conceito de dependência econômica tem sido um dos assuntos mais dinâmicos e controvertidos no direito previdenciário brasileiro, na doutrina e na jurisprudência pertinentes [...] do ponto de vista previdenciário, dependente é a pessoa que está ligada ao segurado por uma sujeição econômica (AMORIM, 1983, p. 83-84).

Nesse sentido e levando em consideração a aceção da relação entre força e poder de nações no sistema internacional, dependência econômica poderia ser a submissão, em termos de economia, em que se encontra determinada nação em relação com outra potência superior. Nesse sentido de acordo com Machado (1999, p. 200) “a dependência se encontra nas relações internacionais de domínio e submissão no sistema de interdependências”.

Ainda segundo o autor a noção de dependência surgir da seguinte extração:

[...] extraída da assimetria das relações econômicas internacionais, da política das nações hegemônicas em cada período histórico, dos seus modelos de exploração econômico-financeira e da multidimensionalidade na criação e alocação de recursos, vale dizer, da apropriação do excedente econômico (MACHADO, 1999, p. 201).

Logo, é importante destacar que a dependência (enquanto conceito) também está atrelada ao fato de que um determinado país teria seu crescimento/desenvolvimento atrelado à conjuntura internacional. Evidenciamos isto, por exemplo, nos resultados positivos da economia brasileira nos anos 2000, assim como na crise vivenciada desde 2014. Os dois exemplos são reflexos das conjunturas internacionais favoráveis e desfavoráveis, respectivamente. Sendo assim, quanto maior a vulnerabilidade, maior a dependência.

5.2 A Inversão da Pauta de Exportação Brasileira

Entre a década de 1950 e meados da década de 1970 o comércio bilateral entre Brasil e China era pouco expressivo. Segundo Paiva (2014, p. 60) “o comércio com a China pouco representava para a Balança Comercial do Brasil nesse período, onde muitas vezes ela apresentou saldos zerados, assim como importações inexpressivas”.

De acordo com Biato Junior (2010, p. 41) “até 1977 a pauta de exportação brasileira era constituída por *commodities* como o algodão, açúcar, soja e óleos vegetais”. Após 1978 com a abertura do comércio chinês para o mundo, as relações comerciais bilaterais sino-brasileiras começaram a apresentar uma inversão em sua pauta exportadora. O Brasil assinou com a China, em janeiro de 1978, um Acordo Comercial, a qual se seguiu, em 1979, um convênio de transportes marítimos (BIATO JUNIOR, 2010, p. 41).

A pauta exportadora brasileira para a China, antes constituída em sua grande parcela por produtos primários até 1977, aos poucos inverteu-se para produtos industrializados refletindo saldos positivos na Balança Comercial nos dois primeiros anos após abertura comercial chinesa e acordos firmados, como podemos ver na Tabela 8.

Tabela 8 – Balança Comercial brasileira, 1978-1983 (em milhões US\$)

Ano	Exportações Brasileiras	Importações Brasileiras	Saldo em Balança Comercial
1978	129	4	125
1979	118	84	34
1980	72	244	-172
1981	104	350	-246
1982	92	312	-220
1983	223	505	-282

Fonte: Elaboração própria, (2016), com base em dados de BIATO JUNIOR, (2010).

Os anos de 1978 e 1979 foram superavitários para o Brasil, enquanto o período de 1980 a 1983 foram todos de déficit na Balança de Comércio apesar dos bons resultados das exportações brasileiras. Segundo Biato Junior (2010, p. 41) “os déficits sistemáticos são resultados do início de crescentes importações do petróleo chinês, pelo Brasil”.

Nos anos seguintes de 1985 a 1990 a composição da pauta exportadora brasileira ainda girava em torno de produtos semimanufaturados e manufaturados como os insumos industriais, produtos petroquímicos e siderúrgicos. Em 1986 era predominante a exportação brasileira para a China de Ferro Gusa e Laminados de Ferro/aço. Já em 1991 a predominância na pauta de exportação bilateral era do minério de ferro com participação de 38,5% das exportações e do óleo de soja com 17,6%, ou seja, já em 1991 é possível averiguar

crescimento (até predominância) da exportação de *commodities* na pauta de exportação para a China.

Tabela 9 – Principais exportações brasileiras para a China (1986/1991) (US\$ milhões F.O.B)

Produto	Em 1986		Em 1991	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Ferro Gusa	115	22,3	-	-
Laminados de ferro/aço	54	10,6	-	-
Vergalhões de aço	28	5,5	-	-
Minério de Ferro	28	5,6	88	38,5
óleo de soja	30	6,0	40	17,6
Fumo	12	2,5	-	-
Uréia	-	-	10	4,5
Polietileno	-	-	1	0,5
Fibras artificiais	-	-	11	4,5
Polipropileno	-	-	6	2,6
Pasta química	-	-	5	2,2
Cordas e cabos	-	-	2	0,8
Outros	250	46,1	64	28,8
Total	517	100,0	227	100

Fonte: CACEX/DEPEC *apud* BIATO JUNIOR, (2010, p. 52).

Do total de US\$ 817.583.625 exportados para a China em 1985, US\$ 49.126.058, ou seja, 6% foram produtos básicos, enquanto 30,1% foram de produtos semimanufaturados e 63,9% de produtos manufaturados. Nos anos posteriores de 1986 a 1990 a média de produtos básicos exportados foi de 16% ao ano, contra 31,56% de semimanufaturados e 52,42% de manufaturados como mostra a tabela 10.

Tabela 10 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1985-1991)

A n o / M ê s	T O T A L		<i>Produtos</i> B á s i c o s		Subtotal (A+B)	<i>Industrializados</i>			
	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %		Semimanuf. (A)		Manufaturados (B)	
	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %
1985	817.583.625	---	49.126.058	---	768.457.567	246.285.037	---	522.172.530	---
1986	517.305.709	-36,73	52.104.105	6,06	465.201.604	204.085.954	-17,13	261.115.650	-49,99
1987	361.533.439	-30,11	77.717.716	49,16	283.815.723	101.161.223	-50,43	182.654.500	-30,05
1988	718.484.822	98,73	123.196.467	58,52	595.288.355	100.466.406	-0,69	494.821.949	170,91
1989	628.341.233	-12,55	73.450.693	-40,38	554.890.540	172.688.550	71,89	382.201.990	-22,76
1990	381.803.845	-39,24	74.927.917	2,01	306.875.928	186.524.006	8,01	120.351.922	-68,51
1991	226.405.821	-40,7	95.290.859	27,18	131.114.962	57.852.330	-68,98	73.262.632	-39,13

Fonte: SECEX, (2006).

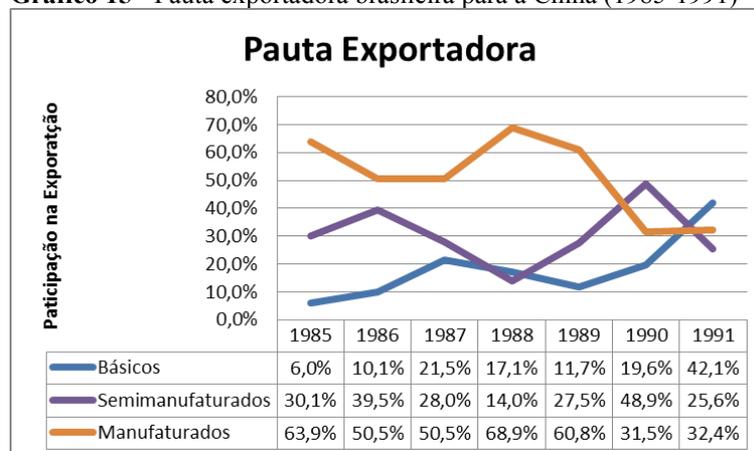
Já o início da década de 1990 é marcado por uma nova inversão da pauta comercial brasileira onde os produtos manufaturados exportados para a China reduziram em 68,51% em comparação ao ano anterior e os produtos primários apresentaram um leve aumento de 2,01% para o mesmo período. Isso se deveu principalmente pelos avanços econômicos obtidos pelos chineses aliados ao sucesso no desenvolvimento de sua indústria, especialmente as indústrias petroquímica e siderúrgica, e também pela crescente necessidade por bens de consumo (PAIVA, 2014, p. 61).

A China de então crescera em sofisticação econômica e não mais dependia, tanto quanto antes, de importações de insumos industriais brasileiros para o seu crescimento. Embora, nesse período, o Brasil tenha conseguido algum sucesso na exportação de produtos petroquímicos e fibras, o fato é que, no geral, crescera muito mais a participação de *commodities* – sobretudo minério de ferro e óleo de soja. (BIATO JUNIOR, 2010 p. 53).

No ano de 1991 a pauta exportadora brasileira já era composta de 42,1% de produtos básicos, 25,6% de semimanufaturados e 32,4% de manufaturados. Os produtos básicos cresceram 27,18% nesse ano em comparação a 1990, enquanto os semimanufaturados e manufaturados apresentaram forte redução de 68,98% e 39,13%.

No gráfico 16 a seguir verifica-se com mais clareza a inversão comercial do período. Em 7 anos a pauta de exportação do Brasil para a China inverte-se de forma significativa onde produtos industrializados foram perdendo espaço para produtos básicos no comércio bilateral. Produtos manufaturados saíram de 63,9% de participação na pauta exportadora para 32,4%, produtos semimanufaturados de 30,1% para 25,6%. Por outro lado produtos básicos cresceram de 6% em 1985 para 42,1% em 1991.

Gráfico 15 - Pauta exportadora brasileira para a China (1985-1991)



Fonte: SECEX, (2006). Elaboração própria.

A partir desse ponto no tempo verifica-se o início de uma possível dependência comercial através de um ajustamento das demandas comerciais chinesas, principalmente por produtos básicos brasileiros e um reflexo na economia nacional, que veremos adiante com o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira e dos investimentos estrangeiros da China.

5.3 O Início da Reprimarização da Pauta de Exportação Brasileira

A década de 1990 é marcada pelo crescimento do intercâmbio comercial entre Brasil e China. Os valores das exportações e importações entre ambos os países cresceram de forma significativa de 1990 a 1999 com uma baixa no comércio no final da década. O Brasil chegou a exportar no ano de 1995 o montante de US\$ 1.203.750.528 contra os US\$ 381.803.845 exportados para a China no início da década de 90 como mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Intercâmbio comercial entre Brasil e China na década de 1990 (em US\$)

A n o	E x p o r t a ç ã o			I m p o r t a ç ã o			R e s u l t a d o s		
	US\$ F.O.B. (A)	Var %	Part. % (**)	US\$ F.O.B. (B)	Var. % (*)	Part. % (**)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1990	381.803.845	-39,24	1,22	168.792.327	31,87	0,82	213.011.518	550.596.172	2,26
1991	226.405.821	-40,70	0,72	129.040.536	-23,55	0,61	97.365.285	355.446.357	1,75
1992	460.031.616	103,19	1,29	116.775.031	-9,51	0,57	343.256.585	576.806.647	3,94
1993	779.394.972	69,42	2,02	304.856.536	161,06	1,21	474.538.436	1.084.251.508	2,56
1994	822.416.147	5,52	1,89	463.495.924	52,04	1,40	358.920.223	1.285.912.071	1,77
1995	1.203.750.52	46,37	2,59	1.041.728.048	124,75	2,08	162.022.480	2.245.478.576	1,16
	8								
1996	1.113.828.697	-7,47	2,33	1.132.883.363	8,75	2,12	-19.054.666	2.246.712.060	0,98
1997	1.088.213.68	-2,30	2,05	1.166.420.980	2,96	1,95	-78.207.294	2.254.634.666	0,93
	6								
1998	904.879.640	-16,85	1,77	1.033.806.095	-11,37	1,79	-128.926.455	1.938.685.735	0,88
1999	676.140.777	-25,28	1,41	865.159.591	-16,31	1,76	-189.018.814	1.541.300.368	0,78

Fonte: SECEX, (2006).

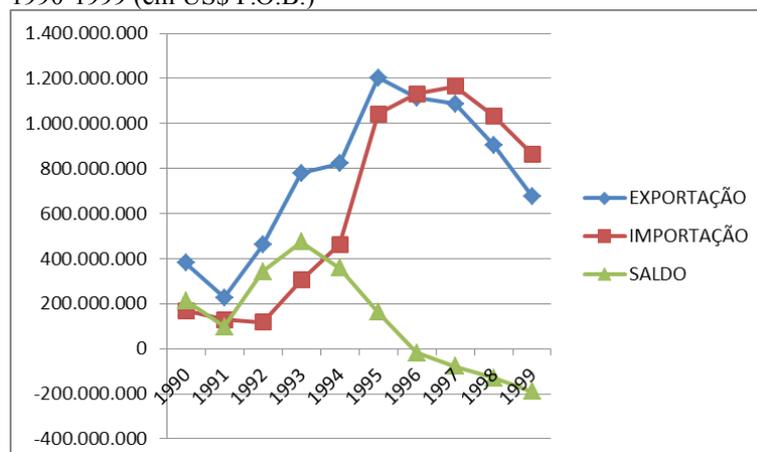
As variações das exportações brasileiras para a China em sua grande maioria foram negativas, contudo as variações positivas foram mais expressivas no período de 1990 a 1999. Já as variações nas importações se mostraram positivas em sua grande parcela. A Balança Comercial bilateral apresentou saldos superavitários no período de 1990 a 1995. Já a partir de 1996 até 1999 a Balança Comercial apresentou seguidos déficits. Segundo Giambiagi e Moreira (1999, p. 49):

O comportamento deficitário da Balança Comercial brasileira estaria ligado a fatores expansionistas sobre as importações, a saber: liberalização comercial, estabilização da economia após lançamento do Plano Real em 1994, aprofundamento da privatização, retomada de investimentos e a crise asiática (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999, p. 49).

Este último fator afetou o comércio bilateral sino-brasileiro. As exportações brasileiras para a China caíram a partir de 1996 em razão da crise internacional impulsionada pela crise asiática¹⁴. Após a crise asiática de 1997, as exportações chinesas declinaram resultando num declínio no crescimento do PIB e dos preços (MEDEIROS, 2006, p. 387).

No gráfico abaixo podemos ver com mais clareza que a partir de 1996 as importações brasileiras ultrapassaram as exportações para o país asiático. Observa-se também que a partir de 1997 há queda tanto das importações como das exportações brasileiras. As exportações passaram de US\$ 1.088.213.686 em 1997 para 676.140.777 em 1999, uma redução de 37,87%. Já as importações apresentaram redução no mesmo período de 25,83%.

Gráfico 16 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China no período 1990-1999 (em US\$ F.O.B.)



Fonte: SECEX, (2006). Elaboração própria.

¹⁴ Ler CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. *Econômica*, nº 4, pp. 25-60, dezembro 2000.

De toda maneira é clara a redução do comércio entre as duas nações a partir da metade da década de 1990. Entretanto, o comércio apresentou grandes resultados antes jamais alcançados graças aos primeiros traços da reprimarização¹⁵ da pauta exportadora brasileira, em virtude da sede chinesa por produtos primários. Apesar da crise asiática mencionada anteriormente e da redução das importações do país sino, a China ainda passou a demandar grandes volumes de *commodities* brasileiras no período pós-crise asiática como mostra a tabela 12 abaixo.

Tabela 12 – Exportações brasileiras para a China pós-crise asiática de 1997 (em US\$)

Ano	Total (A)	Básicos (B)	(B/A)*100
	US\$ F.O.B.	US\$ F.O.B.	
1997	1.088.213.686,00	566.977.265,00	52,10%
1998	904.879.640,00	628.299.976,00	69,43%
1999	676.140.777,00	423.330.844,00	62,61%
2000	1.085.301.597,00	739.772.864,00	68,16%

Fonte: SECEX, (2006). Elaboração própria.

Mesmo com a crise asiática a China continuou a demandar grandes quantidades de produtos básicos do Brasil. Esse crescimento só foi possível em função da crescente necessidade chinesa de bens de consumo e do processo ainda em andamento de urbanização, como pela melhoria da sua economia, que cada vez mais se industrializava (MORTATTI; MIRANDA; BACCHI, 2011, p. 313).

A tabela 13 abaixo mostra com mais informações o comércio exportador do Brasil para a China na década da crise asiática.

¹⁵ A reprimarização dos serviços ou mão de obra é a denominação dada à inversão do processo de terceirização. Esse conceito surgiu no início do século XXI como vertente contrária aos efeitos negativos da proposta de terceirização de mão de obra (MORAES, 2016, p. 99).

Tabela 13 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1990-1999)

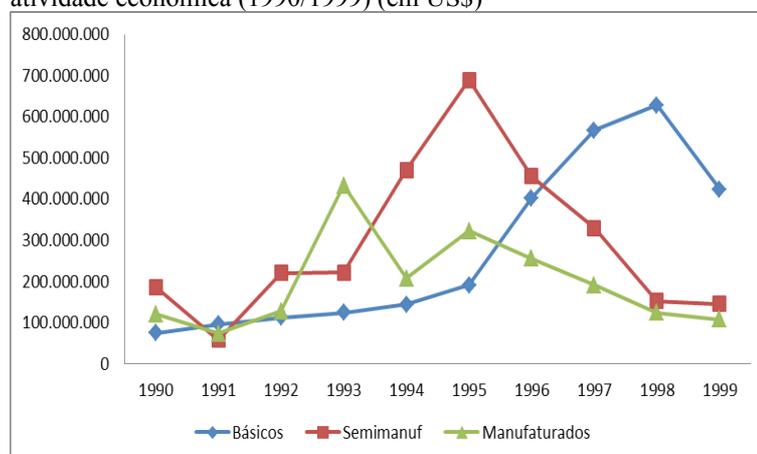
A n o / M ê s	<i>Produtos</i>					<i>Industrializados</i>			
	T O T A L		B á s i c o s		Subtotal	Semimanuf. (A)		Manufaturados (B)	
	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %
1990	381.803.845	-39,24	74.927.917	2,01	306.875.928	186.524.006	8,01	120.351.922	-68,51
1991	226.405.821	-40,70	95.290.859	27,18	131.114.962	57.852.330	-68,98	73.262.632	-39,13
1992	460.031.616	103,19	112.160.809	17,70	347.870.807	220.257.369	280,72	127.613.438	74,19
1993	779.394.972	69,42	124.250.658	10,78	655.072.162	221.899.764	0,75	433.172.398	239,44
1994	822.416.147	5,52	144.275.834	16,12	677.987.929	470.247.063	111,92	207.740.866	-52,04
1995	1.203.750.528	46,37	191.379.625	32,65	1.012.201.469	689.196.478	46,56	323.004.991	55,48
1996	1.113.828.697	-7,47	402.603.867	110,37	710.989.018	455.160.555	-33,96	255.828.463	-20,80
1997	1.088.213.686	-2,30	566.977.265	40,83	520.772.893	329.962.522	-27,51	190.810.371	-25,41
1998	904.879.640	-16,85	628.299.976	10,82	276.217.835	152.215.822	-53,87	124.002.013	-35,01
1999	676.140.777	-25,28	423.330.844	-32,62	252.475.410	145.477.270	-4,43	106.998.140	-13,71

Fonte: SECEX, (2006).

As exportações brasileiras para a China cresceram entre 1990 e 1999, passando de pouco mais de US\$ 381 milhões para US\$ 676 milhões nesse período. A tabela 13 mostra exatamente esses dados levantados. Verifica-se ainda uma especialização do comércio brasileiro composto em sua grande parcela por produtos básicos ao longo da década de 1990, caracterizando o início da primarização que se concretiza na década seguinte. Praticamente toda a década de 1990 foi marcada por variações anuais positivas na exportação de produtos básicos, com exceção para o ano de 1999. Em 1990 19,62% das exportações para China eram de produtos primários, em 1999 esse valor ultrapassou mais da metade das exportações, exatamente 62,61%. Por outro lado a participação de produtos semimanufaturados nas exportações caiu de 48,85% para 21,52% nesse período. O mesmo ocorreu para produtos manufaturados que caiu de 31,52% para 15,82%.

Verifica-se no gráfico 18 abaixo mais claramente o crescimento das exportações de produtos primários com baixa tecnologia agregada e queda nas exportações para a China de produtos semimanufaturados e manufaturados.

Gráfico 17 - Exportações brasileiras para a China, por setor de atividade econômica (1990/1999) (em US\$)



Fonte: SECEX, (2006). Elaboração própria.

A agropecuária é o setor que mais se beneficiou do crescimento do mercado chinês. De fato, a maior parte do crescimento das exportações brasileiras para a China deve-se ao aumento das exportações de produtos agrícolas e pecuários [...] As exportações da indústria de transformação para a China, embora tenham mais que duplicado, cresceram menos que a média. O comportamento diferenciado entre os setores levou a um aumento da participação da agropecuária na pauta brasileira com a China [...] nesse período ocorreu uma primarização da pauta de exportações brasileiras para aquele país. (NEGRI, 2005, p. 8).

Nesse mesmo contexto segundo Manzi (2016, p. 38), “alterações importantes ocorreram na pauta de exportação do Brasil nas últimas décadas em virtude do processo de

“reprimarização” das exportações nacionais e do crescimento da importância relativa de commodities internacionais nas vendas externas do país”.

O processo de reprimarização da pauta de exportação brasileira caracterizada pela especialização do seu comércio em produtos básicos, de fato maturou nos anos 2000 e pode explicar a possível dependência do comércio brasileiro ao sino. É o que veremos adiante, assim como, os investimentos da China na especialização da pauta exportadora brasileira como contribuinte para o processo de dependência. Entretanto, a dependência não estaria associada somente a estes fatores, mas também a elementos estruturantes da economia brasileira como, por exemplo, a maturação do padrão neoliberal. Segundo Domingos (2012, p. 121) “a pauta de exportações retrógrada do ponto de vista tecnológico é um elemento aprofundador das características do Modelo Liberal Periférico¹⁶”. Este modelo apresenta três características centrais: receituário neoliberal (liberalização, privatização e desregulamentação), subordinação e vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro (FILGUEIRAS, 2006; FILGUEIRAS; GONÇALVES 2007; PINTO, 2010 *apud* DOMINGOS 2012, p. 114).

O aprofundamento do Modelo Liberal Periférico (MLP) estaria atrelado às articulações do Banco Nacional do Desenvolvimento apesar do mesmo não possuir essência liberal e sim desenvolvimentista. Entretanto, ainda segundo DOMINGOS (2012):

[...] os setores onde o BNDES tem atuado tendem a reforçar a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira [...] A estratégia do BNDES em aglutinar capital tem favorecido, sobremaneira, esta configuração de especialização do país em produção e exportação de commodities. Este fenômeno está baseado em um pilar que historicamente é instável e é uma das componentes principais da vulnerabilidade externa estrutural do Brasil (reprimarização) (DOMINGOS, 2012, p. 121-122).

5.4 A Consolidação da Reprimarização nos Anos 2000

A corrente de comércio entre Brasil e China passou a apresentar grandes resultados para ambas às nações principalmente nos anos 2000 quando as transações comerciais se intensificaram após alterações na pauta exportadora brasileira que passou a exportar uma

¹⁶ O modelo é liberal em virtude da natureza das reformas que o estruturaram e o constituíram: abertura e liberalização da economia, privatização das empresas estatais e desregulamentação do mercado de trabalho. É periférico por ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e de sua política econômica em um país dependente. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 96 *apud* DOMINGOS, 2012, p. 212-213).

grande quantidade de produtos básicos com pouca tecnologia agregada, e os manufaturados e semimanufaturados foram perdendo espaço na pauta.

Até os anos 1980, o Brasil apresentava sinal de grande evolução de sua indústria manufatureira, que aumentava sua participação ano após ano frente aos setores de produção semimanufaturados e de produtos básicos. Com a entrada dos anos 2000 e o chamado efeito China, a pauta exportadora brasileira começou a sinalizar que novamente iria se inverter (PAIVA, 2014, p.78).

Os anos 2000 são marcados pela consolidação da reprimarização das exportações brasileira, assim como, pela aproximação do comércio bilateral sino-brasileiro.

O processo de aproximação brasileira com a China se comprovava bem sucedido no decorrer da década de 2000, a China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro, ultrapassando países com quem historicamente o Brasil mantinha laços de comércio, tais como Estados Unidos, Alemanha e Argentina (PAIVA, 2014, p. 70).

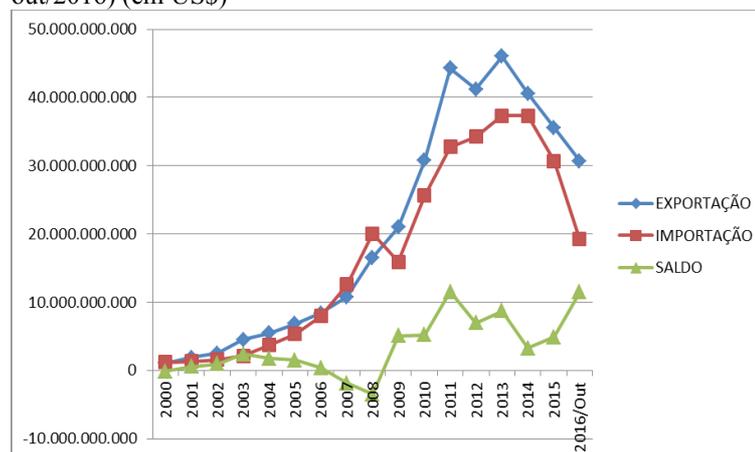
As exportações para China cresceram exponencialmente de 2000 a 2011 passando de US\$ 1.085.301.597 para US\$ 44.314.595.336. Já entre 2012 a outubro de 2016 é marcado por algumas baixas no quantitativo das exportações, mas ainda sim foram resultados significativos para a balança comercial do Brasil. As importações apresentaram as mesmas características entre 2000 e out/2016 com seguidas altas, em exceto o ano de 2009. Economicamente os anos 2000 têm sido de saldos positivos para a balança comercial sino-brasileira como mostra a tabela 14 abaixo.

Tabela 14 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (2000-out/2016)

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO	
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part. %	US\$ FOB (B)	Var.%	Part. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)
2000	1.085.301.597	0,00	1,97	1.222.098.317	0,00	2,19	-136.796.720	2.307.399.914
2001	1.902.122.203	75,26	3,26	1.328.389.311	8,70	2,39	573.732.892	3.230.511.514
2002	2.520.978.671	32,54	4,17	1.553.993.640	16,98	3,29	966.985.031	4.074.972.311
2003	4.533.363.162	79,83	6,19	2.147.801.000	38,21	4,44	2.385.562.162	6.681.164.162
2004	5.441.405.712	20,03	5,63	3.710.477.153	72,76	5,91	1.730.928.559	9.151.882.865
2005	6.834.996.980	25,61	5,77	5.354.519.361	44,31	7,28	1.480.477.619	12.189.516.341
2006	8.402.368.827	22,93	6,10	7.990.448.434	49,23	8,75	411.920.393	16.392.817.261
2007	10.748.813.792	27,93	6,69	12.621.273.347	57,95	10,46	-	23.370.087.139
2008	16.522.652.160	53,72	8,35	20.044.460.592	58,81	11,59	1.872.459.555	-
2009	21.003.886.286	27,12	13,73	15.911.133.748	-20,62	12,46	3.521.808.432	36.915.020.034
2010	30.785.906.442	46,57	15,25	25.595.419.005	60,86	14,08	5.092.752.538	56.381.325.447
2011	44.314.595.336	43,94	17,31	32.790.634.943	28,11	14,49	11.523.960.393	77.105.230.279
2012	41.227.540.253	-6,97	17,00	34.251.274.099	4,45	15,35	3	75.478.814.352
2013	46.026.153.046	11,64	19,02	37.303.817.486	8,91	15,56	6.976.266.154	83.329.970.532
2014	40.616.107.929	-11,75	18,04	37.344.985.579	0,11	16,30	8.722.335.560	77.961.093.508
2015	35.607.523.612	-12,33	18,63	30.719.405.022	-17,74	17,92	3.271.122.350	66.326.928.634
2016/Out	30.709.544.779	-2,08	20,06	19.261.029.019	-29,23	16,81	4.888.118.590	49.970.573.798
							0	

Fonte: SECEX, (2016).

No gráfico 19 abaixo verifica-se mais claramente o crescimento exponencial das exportações para a China nos primeiros 11 anos do século XXI. Assim como, os períodos superavitários da balança comercial brasileira.

Gráfico 18 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (2000-out/2016) (em US\$)

Fonte: SECEX, (2016). Elaboração própria.

Os resultados positivos para a balança comercial brasileira só foram possíveis graças a grande demanda chinesa por produtos primários. Mesmo com a crise global de 2008 as exportações brasileiras para a China continuaram elevadas. Segundo Paiva (2014, p. 70) “esse processo contribuiu para o Brasil enfrentasse a crise de 2008 de modo mais tranquilo que alguns países do bloco europeu e os Estados Unidos”. Apesar dos bons resultados da Balança Comercial verifica-se saldos negativos em três momentos dos anos 2000: o próprio ano 2000, em virtude do início da maturação dos laços comerciais sino-brasileiros e os anos de 2007 e 2008 período do estopim da crise econômica mundial.

Os bons resultados de superávit comercial para a economia brasileira podem ser explicados pela reprimarização da pauta exportadora brasileira para a China nos anos 2000. A exportação de produtos básicos com baixa tecnologia agregada cresceu consideravelmente de 2000 a outubro de 2016, por outro lado, a participação de produtos manufaturados com baixa ou alta tecnologia agregada perdeu espaço na pauta de exportação para a China. Este fato acaba que gerando a importação brasileira de produtos manufaturados chineses e o enfraquecimento da indústria brasileira, em outras palavras, uma desindustrialização¹⁷. O processo de desindustrialização brasileira pode ser visto quando observada a pauta comercial do país, onde o setor manufatureiro vem perdendo a cada dia mais espaço para a produção de bens primários (PAIVA, 2014, p. 112). A tabela 15 abaixo mostra a reprimarização da pauta exportadora e conseqüentemente a desindustrialização do país.

¹⁷ Ver OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira.** 2012. Disponível em: <<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/b88d53c8ef5a5d80cf6be747a6e11521c1007dc7.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

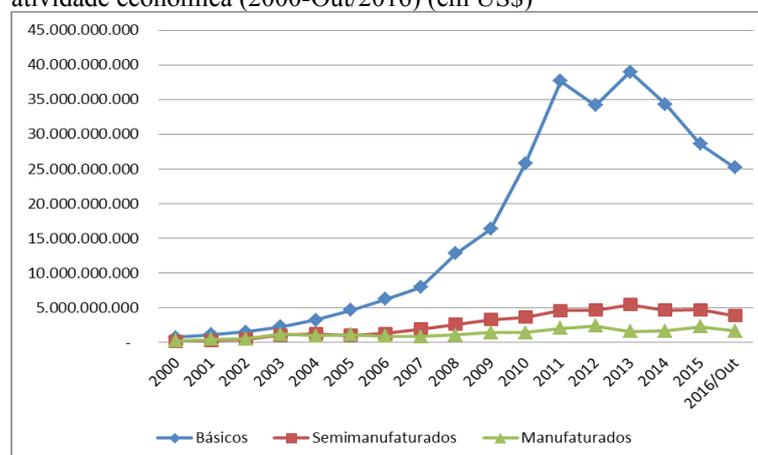
Tabela 15 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (2000-Out/2016)

<i>Ano/Mês</i>	<i>TOTAL</i>		<i>Básicos</i>		<i>Semimanufaturados</i>		<i>Manufaturados</i>		<i>Industrializados</i>
	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	US\$ FOB (A) + (B)
2000	1.085.301.597	0,00	739.772.864	0,00	140.785.837	0,00	203.734.376	0,00	344.520.213
2001	1.902.122.203	75,26	1.154.984.154	56,13	274.335.537	94,86	464.028.542	127,76	738.364.079
2002	2.520.978.671	32,54	1.550.628.243	34,26	442.419.874	61,27	520.136.318	12,09	962.556.192
2003	4.533.363.162	79,83	2.266.346.265	46,16	1.079.703.304	144,04	1.174.677.254	125,84	2.254.380.558
2004	5.441.405.712	20,03	3.231.762.245	42,60	1.234.104.538	14,30	966.165.546	-17,75	2.200.270.084
2005	6.834.996.980	25,61	4.673.891.426	44,62	1.004.870.767	-18,57	1.140.455.326	18,04	2.145.326.093
2006	8.402.368.827	22,93	6.213.222.707	32,93	1.275.409.848	26,92	879.401.653	-22,89	2.154.811.501
2007	10.748.813.792	27,93	7.927.295.420	27,59	1.937.018.282	51,87	867.023.992	-1,41	2.804.042.274
2008	16.522.652.160	53,72	12.830.029.631	61,85	2.586.108.542	33,51	1.094.981.406	26,29	3.681.089.948
2009	21.003.886.286	27,12	16.310.729.663	27,13	3.262.093.682	26,14	1.422.159.602	29,88	4.684.253.284
2010	30.785.906.442	46,57	25.755.497.382	57,91	3.622.162.457	11,04	1.394.598.328	-1,94	5.016.760.785
2011	44.314.595.336	43,94	37.661.364.579	46,23	4.594.429.186	26,84	2.031.453.442	45,67	6.625.882.628
2012	41.227.540.253	-6,97	34.147.262.539	-9,33	4.671.421.501	1,68	2.373.217.008	16,82	7.044.638.509
2013	46.026.153.046	11,64	38.973.235.177	14,13	5.458.253.193	16,84	1.559.068.576	-34,31	7.017.321.769
2014	40.616.107.929	-11,75	34.291.878.256	-12,01	4.667.785.490	-14,48	1.625.324.443	4,25	6.293.109.933
2015	35.607.523.612	-12,33	28.589.854.999	-16,63	4.699.433.156	0,68	2.290.370.433	40,92	6.989.803.589
2016/Out.	30.709.544.779	-2,08	25.190.628.542	-2,53	3.837.974.357	-2,89	1.665.131.527	7,88	5.503.105.884

Fonte: SECEX, (2016).

No ano 2000 do total de exportação para a China, US\$ 739.772.864 das exportações foram de produtos básicos, valor este correspondente a 68,16% do total. Um valor considerado alto, uma vez que, mais da metade da exportação do Brasil para o país asiático girava em torno de um único setor de atividade. Esse mesmo setor já correspondia em outubro de 2016 a 82,03% das exportações para a China. Inversamente a esta situação estão os setores manufatureiros e semimanufatureiros que no período de 2000 a outubro de 2016 perderam espaço nas exportações brasileiras para a China. No ano 2000 12,97% da pauta de exportação era constituída de produtos semimanufaturados, já em outubro de 2016 esse valor caiu para 12,50%, com oscilações dentro deste prazo. Os manufaturados caíram de 18,77% para 5,42% no mesmo período. O gráfico 20 mostra claramente a orientação das exportações brasileiras para o setor primário.

Gráfico 19 - Exportações brasileiras para a China, por setor de atividade econômica (2000-Out/2016) (em US\$)



Fonte: SECEX, (2016). Elaboração própria.

Verifica-se ainda que no período de 2014 a outubro de 2016 o comércio bilateral Brasil-China vem apresentando desacelerações e conseqüentemente resultados mais baixos na Balança Comercial do Brasil. O apetite Chinês por *commodities* metálicas e de energia “praticamente acabou”. Com a redução do crescimento econômico da China para patamares ao redor de 6 – 7%, [...] os mercados internacionais previram uma redução da demanda chinesa por *commodities* internacionais com efeitos negativos sobre os preços desses produtos (BABONES, 2016 *apud* MANZI, 2016, p. 38).

Observa-se na tabela 16 a seguir que a importação chinesa de Minério de Ferro caiu quase 40% em um ano, assim como outros derivados metálicos como as ligas de alumínio.

Tabela 16 – Importação de *commodities* metálicas pela China entre 2014-2015 (em US\$)

	2014	2015	Δ
Minério de Ferro	9.343.915,00	5.762.030,00	-38,33%
Óxido de alumínio	192.450,00	163.090,00	-15,26%
Origem e concentrados de Manganês	271.887,00	199.360,00	-26,68%
Ligas de alumínio	74.437,00	46.090,00	-38,08%
Aço laminado	1.791.374,00	1.433.480,00	-19,98%

Fonte: China Statistical Yearbook, (2016). Elaboração própria.

Os baixos resultados da Balança de Comércio do Brasil, em especial o setor de exportação, estariam ligados à redução dos preços das *commodities* exportadas para o país asiático.

5.4.1 Fluxo de IDE chinês para o Brasil como elemento demonstrativo da dependência

Nas décadas de 1980, 1990 e até nos anos iniciais da primeira década dos anos 2000 o Investimento Direto Estrangeiro – IDE da China no Brasil era pouco significativo.

No período anterior a 2005, os investimentos chineses no Brasil não possuíam vulto significativo, consistindo em pequenos investimentos orientados pelo planejamento estratégico pontual das empresas chinesas. O Brasil representava, ainda, uma fronteira a ser alcançada pelos interesses daquela economia. Essa fronteira foi finalmente superada no ano de 2010, quando assistimos a um expressivo aumento dos anúncios de investimentos chineses no país, momento em que a China passou a incorporar as trocas com o Brasil às necessidades da sua economia (CEBC, 2011, p. 20).

No período após 2005 os fluxos de IDE chineses para o Brasil cresceram consideravelmente, assim como, a participação do país como parceiro investidor. A China em 2009 ocupou a 27ª posição dos países investidores no Brasil (participação de 0,27% do total), ao passo que em 2010 passou à condição de 20º (participação de 0,75% do total) (LEÃO, *et al.*, 2011, p. 333). Como mostra a tabela 17 abaixo o fluxo de investimento chinês no Brasil cresceu principalmente após 2005, atingindo o cume em 2010.

Tabela 17 - Fluxo de IDE e IDE chinês para o Brasil entre 2001-2010 (em US\$ milhões)

Ano	Total	China	%
2001	21.042	28,1	0,13
2002	18.778	9,7	0,05
2003	12.902	15,5	0,12
2004	20.265	4,4	0,02
2005	21.522	7,6	0,04
Média (2001-2005)	20.265	9,7	0,05
Desvio Padrão	3.511	9	0,05
2006	22.231	6,7	0,03
2007	33.705	24,3	0,07
2008	43.886	38,4	0,09
2009	30.444	82	0,27
2010	52.607	392	0,75
Média (2006 - 2010)	33.705	38,4	0,09
Desvio Padrão	11.854	161	0,3

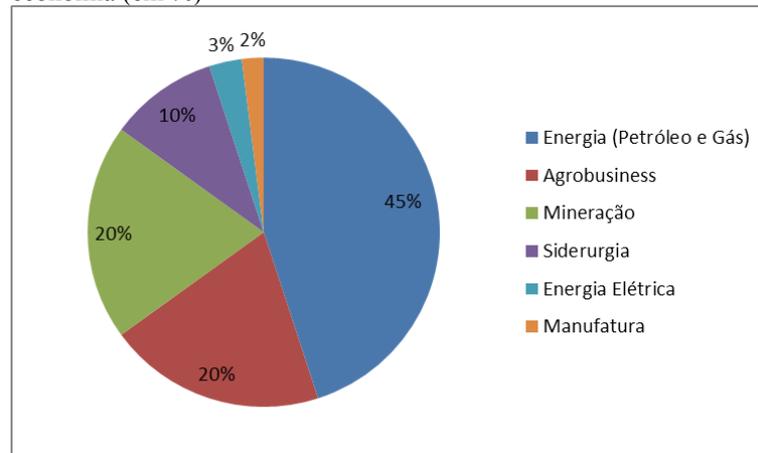
Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) *apud* LEÃO e outros, (2011, p. 332).

Em 2001 do total de US\$ 21 bilhões investidos no Brasil pelos países estrangeiros, cerca de apenas US\$ 28 milhões foram destinados pela China, 0,13% dos investimentos. Em 2010 dos US\$ 52,6 bilhões investidos no Brasil, 0,75% advieram da China, algo em torno de

US\$ 392 milhões. Grande parte desses investimentos foi direcionada em especial para setores de mineração, gás, infraestrutura (ferroviária e portuária).

Observa-se no gráfico 21 abaixo que os setores primários que carregam em sua produção pouca ou nenhuma tecnologia são detentores de 98% dos investimentos chineses no Brasil no ano de 2010. Por outro lado o setor de manufatura recebeu apenas 2% dos investimentos do país asiático.

Gráfico 20 - Investimentos chineses anunciados em 2010 por setor da economia (em %)

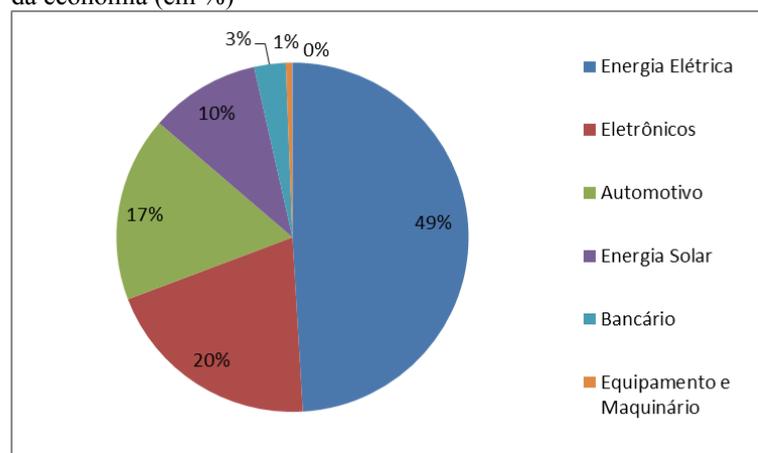


Fonte: CEBC, (2011). Elaboração própria.

Esse cenário vivido em 2010 retrata o direcionamento da produção brasileira para o atendimento das necessidades da China por *commodities* e concretiza a reprimarização da pauta exportadora brasileira iniciada na década de 1990.

Já em 2012 os investimentos chineses no Brasil apresentam características de uma nova roupagem em que os setores primários passam receber menos investimentos, enquanto o setor industrial cresce na captação dos recursos, principalmente os setores de eletrônicos e automóveis.

Gráfico 21 - Investimentos chineses confirmados em 2012 por setor da economia (em %)

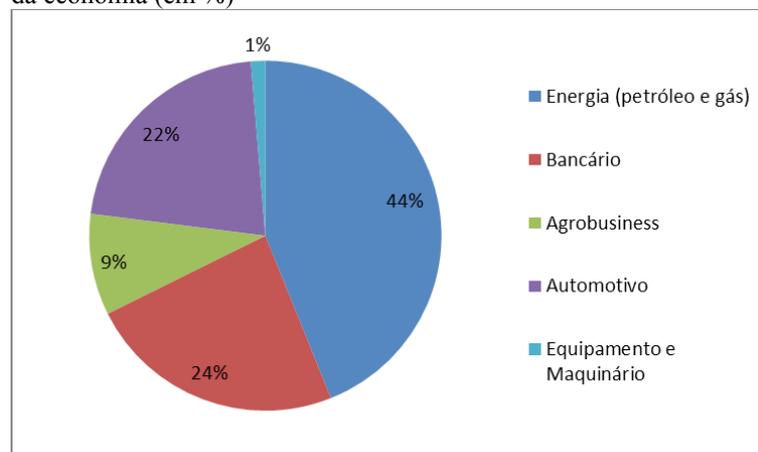


Fonte: CEBC, (2014). Elaboração própria.

Do total de investimentos confirmados no Brasil no ano de 2012, 49% foram para o setor de energia elétrica (US\$ 1,6 bilhão), 20% para o setor de eletrônicos (US\$ 695 milhões) e 17% para o setor automotivo (US\$ 591 milhões). Juntos estes três setores captaram 86% dos investimentos. Setores de energia (petróleo e gás), siderúrgica, mineração passaram a captar poucos investimentos chineses nesse ano.

Em 2013 o setor que recebeu mais investimentos chineses novamente foi o setor de energia (petróleo e gás) com 44% do total dos investimentos, cerca de US\$ 1,5 bilhões de dólares. Logo após foi o setor bancário com 24% dos investimentos seguido do setor automotivo com 22%, como mostra o gráfico 23.

Gráfico 22 - Investimentos chineses confirmados em 2013 por setor da economia (em %)



Fonte: CEBC, (2014). Elaboração própria.

A partir de 2012 os investimentos chineses no Brasil apresentaram um grau de diversificação. O setor básico chinês já se encontra em um bom estágio de desenvolvimento e

não tão necessitado das *commodities* brasileiras, fato este que vem levando a redução das exportações brasileiras para a China de produtos primários e redirecionando os investimentos para setores industriais e para a inovação tecnológica do próprio setor primário brasileiro.

[...] as empresas chinesas investem nos setores que estão associados à sua demanda por recursos naturais. Nesses setores é possível que políticas de incentivo à inovação tecnológica permitam extrair maiores ganhos para a economia brasileira, além das rendas extras obtidas pelos preços elevados das *commodities*. É necessário garantir um cenário favorável para que as empresas chinesas (nessas áreas quase todas pertencem ao governo central) direcionem seus investimentos para parcerias nesse campo. O Brasil, como na área petrolífera e na agricultura, possui vantagens no campo tecnológico. (PEREIRA, p. 4-5)

5.5 A Vulnerabilidade Externa Brasileira e a Dependência Consolidada

Como caracterizado anteriormente, o Brasil vem ajustando "passivamente" sua economia a demandas da China, evidenciando-se uma dependência econômica crescente, principalmente sobre as exportações de *commodities* para o país Sino. Entretanto, o desejo chinês por *commodities* não é o único fator responsável pela dependência econômica brasileira. A dependência é um fenômeno estrutural e histórico na economia brasileira, e a relação Brasil-China reforça essa característica. Autores como Celso Furtado, Caio Prado Jr, entre outros já direcionavam argumentos, cada uma de sua maneira, a temas relacionados a dependência ínsita do país nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Um exemplo que o processo da dependência é de cunho estrutural está no desdobramento do processo de substituição de importações brasileira no período de 1950 a 1970.

A industrialização substitutiva de importações [...] continha não só a expectativa de alterar qualitativamente a pauta de importações, mas também, particularmente a partir da década de 1960, modificar positivamente a qualidade da pauta de exportações, diversificando-a, de modo que se pudesse reduzir a vulnerabilidade intrínseca à dependência a alguns produtos exportáveis tradicionalmente primários. (NASCIMENTO; CARDOZO; CUNHA, 2009, p. 4).

Em se tratando do pensamento de Celso Furtado, os autores destacam:

[Celso Furtado], ensina-nos que a aceleração da desnacionalização da indústria brasileira, no período JK, aprofundou o processo já presente de modernização responsável pela reprodução do subdesenvolvimento brasileiro e, por conseguinte, da dependência estrutural de *commodities* primárias (NASCIMENTO; CARDOZO; CUNHA, 2009, p. 5).

Já sobre os pensamentos de Prado Jr. e Oliveira os autores descrevem:

[...] referida dependência estrutural de commodities primárias encontra-se no momento histórico, governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em que o Brasil recorreu ao capital estrangeiro – sem resolver com antecedência questões do passado, tal como a questão agrária – para acelerar o processo gradual de industrialização que vinha ocorrendo antes do referido governo (NASCIMENTO; CARDOZO; CUNHA, 2009, p. 5).

A dependência das exportações de produtos primários e a dependência econômica brasileira já existiam enraizadas na estrutura brasileira, contudo a relação Sino-Brasileira apenas floresceu esse pensamento, como categorizado anteriormente, não sendo necessariamente o único motivo da consolidação da dependência.

Historicamente o Brasil construiu a dependência através dos acontecimentos e estratégias utilizadas como a estratégia da reprimarização das exportações que floresceu nas últimas décadas, como também o “Efeito China”¹⁸, entre outros. A China aumentou consideravelmente seu market-share¹⁹ no comércio mundial, tanto como exportadora de bens manufaturados quanto por seu potencial importador de matérias-primas (IZERROUGENE; COSTA-MATA, 2011 *apud* BLACK, 2013, p. 70). Sobre o último, tem-se o Brasil como um dos principais fornecedores, fato este que alavancou o volume das exportações brasileiras.

Em 1990 de todas as exportações brasileiras para o mundo, 1,22% eram destinadas para a China, em 2013 a China recebeu 19,02% das exportações do país Latino Americano e em 2016, 16,58% foram destinadas a China como mostra a tabela 18.

Tabela 18 - Exportação brasileira para o mundo e para China (1990-2016) (em US\$)

¹⁸ Ler: BLACK, Clarissa. Eventos relacionados ao superciclo de preços das commodities no século XXI. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 67-78, 2013.

¹⁹ [...] participação de um produto ou empresa em um determinado mercado (SILVA; BATALHA, 1999, p. 10).

Ano	Exportação Geral	Exportação p/ China	Dependência
1990	31.413.756.040	381.803.845	1,22%
1991	31.620.439.443	226.405.821	0,72%
1992	35.792.985.844	460.031.616	1,29%
1993	38.554.749.047	779.394.972	2,02%
1994	43.545.168.862	822.416.147	1,89%
1995	46.506.282.414	1.203.750.528	2,59%
1996	47.746.728.158	1.113.828.697	2,33%
1997	52.982.725.829	1.088.213.686	2,05%
1998	51.139.861.545	904.879.640	1,77%
1999	48.012.789.947	676.140.777	1,41%
2000	55.118.919.865	1.085.301.597	1,97%
2001	58.286.593.021	1.902.122.203	3,26%
2002	60.438.653.035	2.520.978.671	4,17%
2003	73.203.222.075	4.533.363.162	6,19%
2004	96.677.498.766	5.441.405.712	5,63%
2005	118.529.184.899	6.834.996.980	5,77%
2006	137.807.469.531	8.402.368.827	6,10%
2007	160.649.072.830	10.748.813.792	6,69%
2008	197.942.442.909	16.522.652.160	8,35%
2009	152.994.742.805	21.003.886.286	13,73%
2010	201.915.285.335	30.785.906.442	15,25%
2011	256.039.574.768	44.314.595.336	17,31%
2012	242.578.013.546	41.227.540.253	17,00%
2013	242.033.574.720	46.026.153.046	19,02%

201	225.100.884.831	40.616.107.92	18,04%
4		9	
201	191.134.324.584	35.607.523.61	18,63%
5		2	
201	185.235.400.805	30.709.544.77	16,58%
6		9	

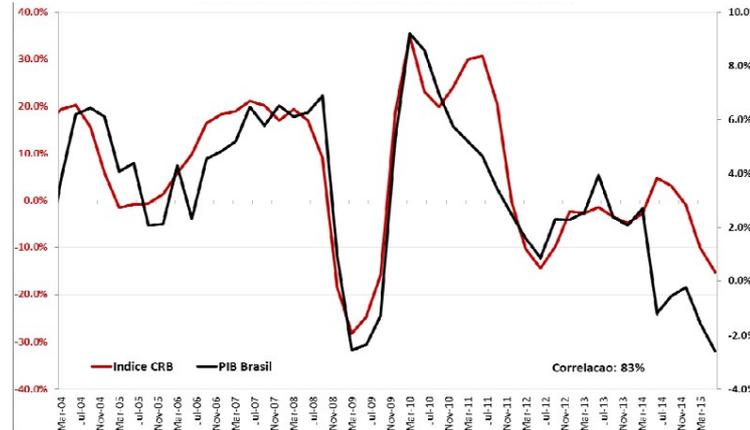
Fonte: MDIC/SECEX, (2016). Elaboração Própria.

A grande concentração de exportações brasileiras para um só país, como é o caso da China, mostra a grande fragilidade da economia nacional e um cenário onde o Brasil é dependente da China e dos elevados preços de *commodities* para lá exportados. No início dos anos 2000, período em que os preços das *commodities* estavam elevados, a Balança Comercial brasileira registrou resultados positivos expressivos, entretanto nos últimos três anos a Balança Comercial brasileira vem apresentando seguidas quedas. Acredita-se que a China vem esgotando seu desejo por *commodities* em virtude de uma nova dinâmica de crescimento da economia local. Segundo Junior (2014, p. 15) “durante a Terceira Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China, foi aprovada uma agenda de reformas com importantes diretrizes até 2020”.

A estratégia central prevê um crescimento mais lento com o intuito de direcionar a economia para um caminho mais sustentável, menos dependente de investimentos estatais e mais voltado para o consumo interno [...] O planejamento visa aumentar o setor de serviço em detrimento industrial (JUNIOR, 2014, p. 15-17).

Obviamente, mais pesquisas precisam ser elaboradas e novas evidências emergirem para novas conclusões. Entretanto, a redução do desejo chinês por produtos básicos, assim como a redução nos preços das *commodities*, possivelmente contribuíram para a queda da economia brasileira que nos últimos anos entrou em declínio como mostra o gráfico 24 abaixo. A redução do preço das *commodities* internacionais e da demanda externa têm sido apontadas como importantes causas na formação da crise econômica brasileira iniciada ao longo de 2015 (MANZI, 2016, p. 38).

Gráfico 23 – Evolução do PIB brasileiro e do Índice CRB entre maio/14-maio/15 (em %)



Fonte: BARBOZA, (2015, p. 2)²⁰.

Em uma relação entre taxa de crescimento do PIB brasileiro e taxa de índice Commodity Research Bureau (CRB) verifica-se que a economia brasileira seguiu as flutuações nos preços das *commodities* como mostra o gráfico acima no intervalo de maio de 2004 a maio de 2015. No período de *boom* das *commodities* o Brasil vivenciou crescimento em sua economia através do PIB, da mesma maneira, os últimos três anos estão sendo marcados por queda nos preços das *commodities* e quedas na economia local.

A correlação entre as séries é de 83%. Mediante testes estatísticos, pode-se mostrar que as taxas de variação do CRB precedem no tempo as taxas de variação do PIB. Além disso, existe alguma evidência, obtida via funções de resposta ao impulso, que mostra que o produto doméstico responde positivamente aos preços de commodities. Ou seja, temos ingredientes para suspeitar que preços de commodities possam, de fato, ter papel central para a dinâmica da nossa economia, tanto para cima quanto para baixo (BARBOZA, 2015, p. 2).

Este cenário mostra uma vulnerabilidade da economia brasileira que é sensível às flutuações nos preços das *commodities*. Ao analisar a tabela 19 abaixo sobre os Indicadores de Vulnerabilidade Externa do Brasil verifica-se o aumento da participação dos produtos básicos na pauta de exportação brasileira que saiu de 26,3% do total das exportações em 2001 para 45,6% em 2015.

Tabela 19 – Indicadores de Vulnerabilidade Externa Brasileira em anos selecionados (em %)

	2001	2007	2010	2014	2015	Tendência recente
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,2	0	-3,4	-4,3	-3,3	↔
Exportações de bens (% do PIB)	10,4	11,5	9,1	9,3	10,7	↑

²⁰ Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/images/conjuntura/Barboza_2015_A_Economia_Brasileira_e_os_Preos_das_Commodities.pdf>. Acesso em: dezembro de 2016.

Importações de bens (% do PIB)	10,1	8,7	8,3	9,6	9,7	↑
Exportações de serviços (% do PIB)	1,6	1,6	1,4	1,7	1,9	↔
Importações de serviços (% do PB)	2,9	2,6	2,8	3,6	4	↑
Remesas líquidas de lucros e dividendos (% do PIB)	-0,9	-1,6	-1,4	-1,1	-1	↓
Juros líquidos (% do PIB)	-2,6	-0,5	-0,4	-0,6	-0,8	↑
Juros + remessas (% das exportações de bens e serviços)	28,9	15,9	16,6	15,2	14,8	↓
Termos de troca (desvio em relação à média de 20 anos)	-9,6	-3,9	12,6	8,2	-3,7	↓
Razão de quantum (desvio em relação à média de 20 anos)	-2,9	16,0	-17,7	-24,4	-2,2	↑
Exportações de produtos básicos (% das exportações totais)	26,3	32,1	44,6	48,7	45,6	↔
Quantum de exportação de manufaturados (2006=100)	55,1	103,2	82,4	75,9	77,7	↔
Ingressos de Inv. Direto no país (% do PIB)	4,2	3,2	2,4	3,6	3,8	↔
Ingresso de Inv. Direto no país (% do déficit em T.C.)	97,9	-	70,7	82,7	115,3	↑
Investimentos em carteira no país (% do PIB)	0,2	3,5	3,2	1,7	1	↓
Investimentos em carteira no país (% do déficit em T.C.)	3,7	-	94,5	39,9	31,4	↓

Fonte: RIBEIRO, (2016, p. 9)²¹.

Esses fatores significam que (i) as exportações estão, atualmente, bem mais sensíveis à flutuação dos preços e da demanda por commodities que são tradicionalmente muito voláteis; e (ii) o país enfrenta um longo processo de estagnação das exportações de manufaturados, o que denota graves problemas de competitividade no setor e traz dificuldades adicionais a um eventual processo de redução do déficit externo (RIBEIRO, 2016, p.26).

O quantum de exportações de manufaturados entre 2001 e 2015 teve seu melhor resultado em 2007 com seguidas quedas nos últimos anos e um leve aumento em 2015. A tendência é de normalização do quantum como mostra a tabela. Entretanto o saldo em transações correntes (% do PIB) foi negativo para os anos de 2010, 2014 e 2015.

Já o saldo do comércio Brasil-China e Brasil-Mundo pode ser verificado na tabela 20 abaixo.

Tabela 20 – Saldo do comércio entre Brasil e mundo e Brasil e China entre 2000-2016 (em US\$)

AN O	SALDO COMERCIAL BRASIL-MUNDO			SALDO COMERCIAL BRASIL-CHINA		
	EXP.	IMP.	SALDO	EXP.	IMP.	SALDO
2016	185.235.400.805	137.552.002.856	47.683.397.949	35.133.589.864	23.363.994.789	11.769.595.075
2015	191.134.324.584	171.449.050.909	19.685.273.675	35.607.523.612	30.719.405.022	4.888.118.590
2014	225.100.884.831	229.154.462.583	-4.053.577.752	40.616.107.929	37.344.985.579	3.271.122.350
2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733	46.026.153.046	37.303.817.486	8.722.335.560
2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903	41.227.540.253	34.251.274.099	6.976.266.154
2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967	44.314.595.336	32.790.634.943	11.523.960.393
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897	30.785.906.442	25.595.419.005	5.190.487.437

²¹ In Carta de conjuntura do IPEA: Nota técnica: Reavaliando a vulnerabilidade externa da economia brasileira, indicadores e simulações. Julho/Setembro 2016.

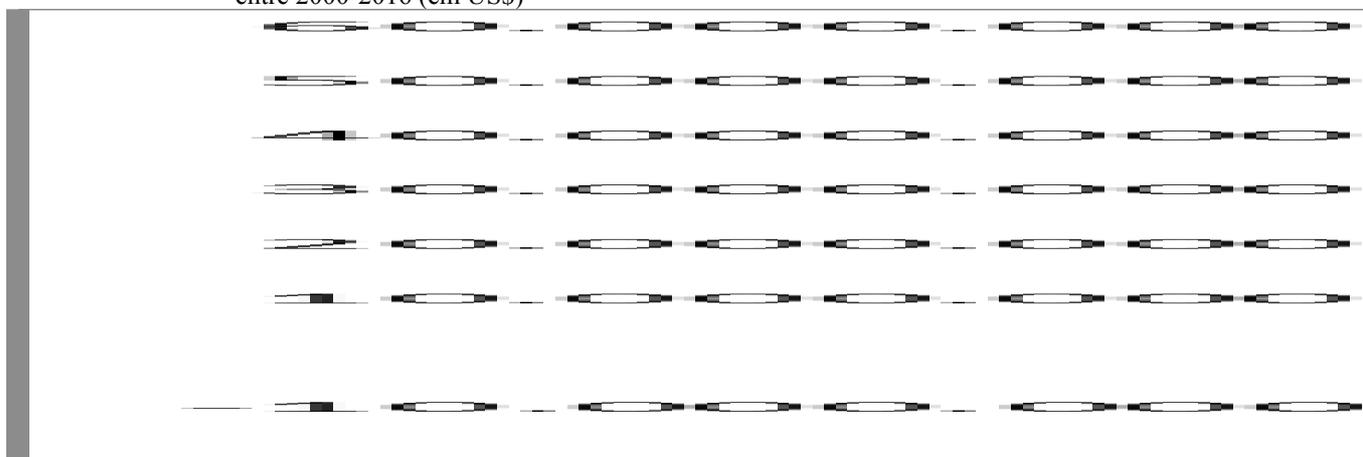
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817	21.003.886.286	15.911.133.748	5.092.752.538
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295	16.522.652.160	20.044.460.592	-3.521.808.432
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580	10.748.813.792	12.621.273.347	-1.872.459.555
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726	8.402.368.827	7.990.448.434	411.920.393
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227	6.834.996.980	5.354.519.361	1.480.477.619
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137	5.441.405.712	3.710.477.153	1.730.928.559
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445	4.533.363.162	2.147.801.000	2.385.562.162
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836	2.520.978.671	1.553.993.640	966.985.031
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605	1.902.122.203	1.328.389.311	573.732.892
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273	1.085.301.597	1.222.098.317	-136.796.720

Fonte: MDIC/SECEX, (2017). Elaboração Própria

As transações comerciais entre Brasil e China rendeu ao Brasil no ano de 2016 um saldo positivo de US\$ 11.769.595.075 correspondente a 24,68% do saldo total das transações com o mundo que foi de US\$ 47.683.397.949. No ano de 2015 o saldo para o Brasil do comércio sino-brasileiro rendeu o montante positivo de quase US\$ 5 bilhões que correspondem a 24,83% do saldo total do comércio Brasil-Mundo. Entre 2000 e 2016 apenas em três momentos o saldo do comércio entre Brasil e China foi negativo para o país Latino Americano: 2000, 2007 e 2008. Onde nos anos de 2007 e 2008 seguiu-se a crise econômica mundial e as importações foram superiores as exportações para o país asiático.

Em 2008 o saldo do comércio entre Brasil e o mundo recuou 40% em comparação com 2007, enquanto déficit da Balança de Comércio Brasil-China cresceu de US\$ 1,8 bilhões para US\$ 3,5 bilhões. No mais, no período de 2000-2016 é grande a participação dos saldos positivos do comércio Brasil-China na Balança Comercial geral principalmente a partir de 2009 como podemos ver com mais detalhes no gráfico 25.

Gráfico 24 – Saldo do comércio entre Brasil e mundo e Brasil e China entre 2000-2016 (em US\$)



Fonte: MDIC/SECEX, (2017). Elaboração Própria.

Nesse mesmo período de 2009 a 2016 a Corrente Comercial Brasil-China proporcionou uma participação de 16,03% em média do total geral comercializado pelo Brasil.

A corrente de comércio brasileira caracterizada pela soma das exportações e importações apresentou resultados expressivos entre 2000 e 2016 resultando nos saldos analisados anteriormente. A corrente comercial Brasil-China saltou de 2,08% em 2000 para 15,48% em 2016 do total de transações com o mundo. Ou seja, das transações de importação e exportação que o Brasil realiza com o mundo, 15,48% delas são realizadas apenas com um único país, a China.

Tabela 21 – Corrente Comercial Brasil-China e Brasil-Mundo entre 2000 e 2016 (em US\$)

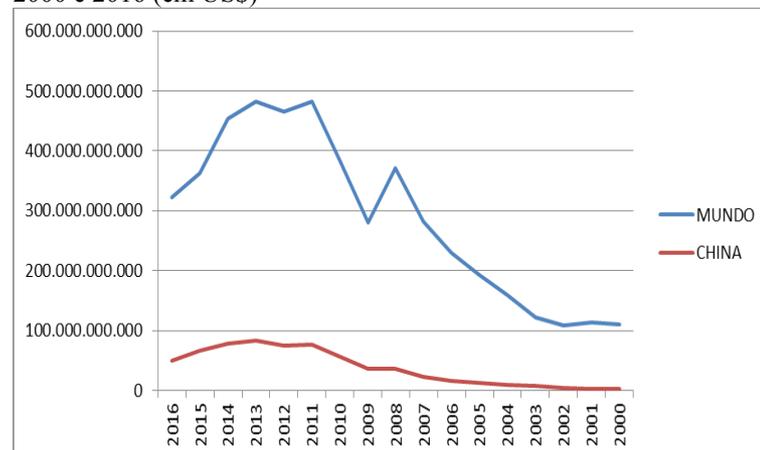
AN O	MUNDO	CHINA	%
2016	322.787.403.66	49.970.573.79	15,48
	1	8	%
2015	362.583.375.49	66.326.928.63	18,29
	3	4	%
2014	454.255.347.41	77.961.093.50	17,16
	4	8	%
2013	481.781.090.70	83.329.970.53	17,30
	7	2	%
2012	465.761.490.18	75.478.814.35	16,21
	9	2	%
2011	482.286.330.56	77.105.230.27	15,99
	9	9	%
2010	383.683.712.77	56.381.325.44	14,69
	3	7	%
2009	280.717.085.79	36.915.020.03	13,15
	3	4	%
2008	370.927.210.52	36.567.112.75	9,86%
	3	2	
2007	281.266.519.08	23.370.087.13	8,31%
	0	9	
2006	229.158.310.33	16.392.817.26	7,15%
	6	1	

200	192.129.560.57	12.189.516.34	6,34%
5	1	1	
200	159.513.114.39	9.151.882.865	5,74%
4	5		
200	121.528.788.70	6.681.164.162	5,50%
3	5		
200	107.681.307.23	4.074.972.311	3,78%
2	4		
200	113.888.351.43	3.230.511.514	2,84%
1	7		
200	110.969.583.00	2.307.399.914	2,08%
0	3		

Fonte: MDIC/SECEX, (2017). Elaboração Própria.

Transpondo os dados da tabela para o gráfico 26 abaixo verificamos semelhanças na Corrente Comercial do Brasil com a China e com o Mundo. No período de 2000 a 2008 em que o Corrente de Comércio do Brasil com China apresentou crescimentos constantes em maior parte, a Corrente Comercial do Brasil com o Mundo também apresentou os mesmos resultados crescentes. Da mesma maneira, a partir de 2013 a Corrente Comercial Brasil-China vem apresentado seguidas quedas e logo o comércio do Brasil com mundo também apresentou as mesmas características.

Gráfico 25 – Corrente Comercial Brasil-China e Brasil-Mundo entre 2000 e 2016 (em US\$)

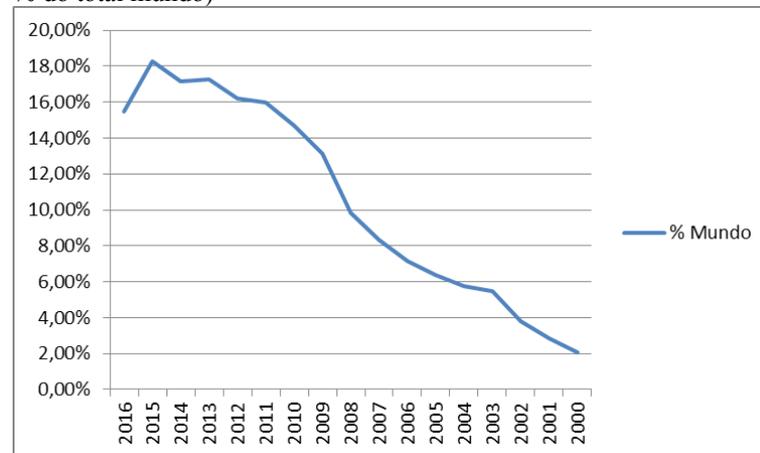


Fonte: MDIC/SECEX, (2017). Elaboração Própria.

Isso nos leva a propor que os resultados alcançados pela Corrente Comercial Brasileira com o mundo sofre grande influência das transações com o país asiático.

A grande concentração das transações para um só país nos leva ao gráfico 27 abaixo. Observa-se com mais clareza que de 2000 a 2016 a concentração foi constante, exceto para os anos de 2014 e 2016, expondo uma dependência comercial do Brasil em relação ao comércio com a China.

Gráfico 26 – Corrente Comercial Brasil-China entre 2000 e 2016 (em % do total mundo)

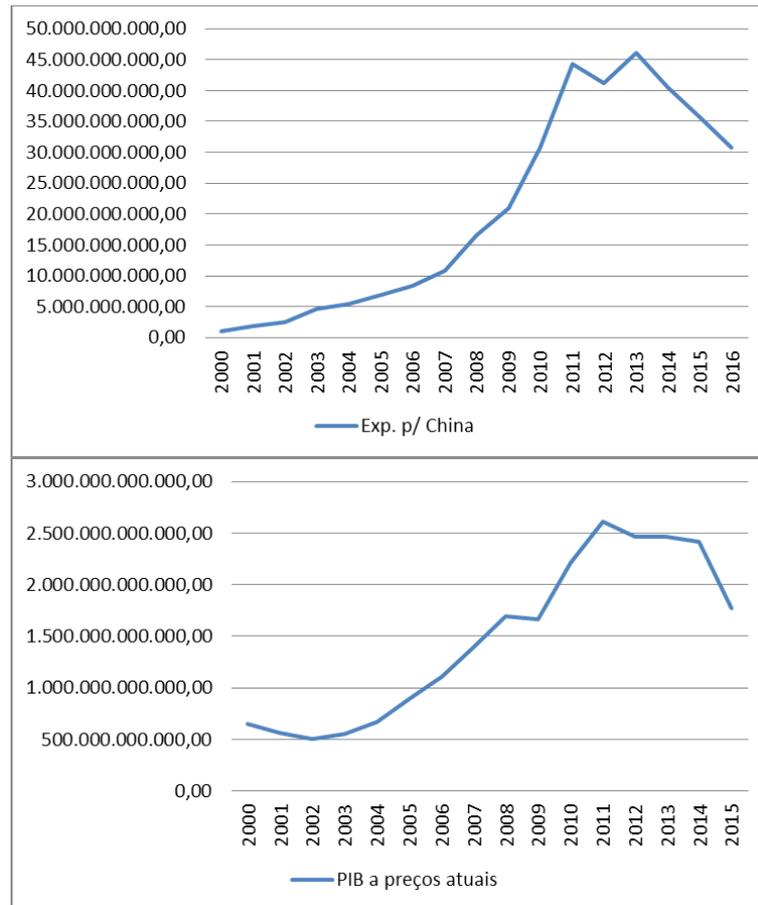


Fonte: MDIC/SECEX, (2017). Elaboração Própria.

Em uma comparação do total geral exportado pelo Brasil para o Mundo e para a China observa-se que a China ao longo dos últimos 16 anos foi o destino de grande parte das exportações brasileiras.

Já em uma relação entre o PIB brasileiro e as exportações brasileiras para a China no período de 2000 a 2016 verifica-se certa semelhança. Os períodos de crescimento do PIB brasileiro se assemelham aos períodos de crescimento das exportações brasileiras para a China, em valores correntes, assim como os períodos de queda nas exportações para o país asiático refletiram em sinais de redução na economia do Brasil.

Gráfico 27 – Relação entre a evolução do PIB brasileiro a preços correntes e as exportações para a China entre 2000-2016 (em US\$)



Fonte: MDIC/SECEX/Banco Mundial, (2016). Elaboração Própria.

Os resultados da economia brasileira têm respondido aos resultados alcançados pela corrente de comércio com a China, logo estima-se aí uma possível dependência econômica do Brasil que fica a mercê unilateralmente de uma só economia. Se o comércio sino-brasileiro vai bem, a economia brasileira tende a responder com crescimento, se outrora o comércio apresentar desacelerações, a economia local tende ao mesmo caminho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto neste trabalho, as relações comerciais entre Brasil e China foram construídas ao longo de várias décadas à medida que ambas as nações adotavam políticas e

estratégias que intensificavam suas economias locais. A abertura comercial, investimentos e mudanças na educação, na indústria e agricultura são alguns exemplos de estratégias utilizadas pela China que ocasionaram o forte crescimento da economia deste país, assim como, uma aproximação comercial com o Brasil. A China tornou-se então o principal parceiro comercial do Brasil e uma das principais economias do globo juntamente com os Estados Unidos da América.

Assim como a China, o Brasil também vivenciou políticas e estratégias que vieram a fortalecer o comércio entre as duas nações, a saber: Abertura comercial brasileira, uso da política do câmbio fixo e valorizado, uso da política do câmbio variável, a explosão dos preços internacionais das commodities e a redução dos preços das commodities. Todos esses cenários (assim como outros) foram importantíssimos para a evolução das relações de comércio sino-brasileiras e pelos resultados da economia do Brasil.

Os bons resultados da economia brasileira encontravam-se principalmente sobre a Balança de Comércio, por meio da corrente comercial sino-brasileira que apresentou grandes resultados e benefícios (em termos conjunturais e quantitativos) ao Brasil. A balança comercial brasileira apresentou superávits em sua maior parte desde a intensificação das relações comerciais na década de 2000. Fato este, que beneficiou a economia local e facilitou ao Brasil o enfrentamento de ajustes econômicos e crises externas que pudessem surgir.

O Produto Interno Bruto brasileiro também apresentou resultados positivos tendo como participação o comércio sino-brasileiro. Com média próxima de 5% de crescimento ao ano, entre 2004 e 2008, o PIB brasileiro trouxe boas expectativas quanto ao comércio com a China, pois a ascensão do país asiático no mercado internacional nos últimos tempos abriu uma janela de oportunidades para o Brasil, onde as duas nações passaram a apresentar uma forte complementaridade econômica. De um lado a China necessitava de produtos básicos (principalmente commodities) exportados pelo Brasil, do outro o país latino americano se ajustava comercialmente a grande demanda chinesa, pois economicamente estava sendo viável.

O processo de ajustamento às demandas chinesas, nos leva ao fenômeno da inversão da pauta exportadora brasileira a partir da análise da Balança de Comércio e dos produtos transacionados entre Brasil e China, pois a inversão da exportação de produtos manufaturados para produtos básicos nos anos de 1980 e 1990 pode ser caracterizada como o início de um possível processo de dependência econômica brasileira em relação ao comércio com a China. Outros fenômenos, como a reprimarização, também foi um grande propulsor dessa possível dependência, pois após a inversão da pauta exportadora brasileira, ocorreu uma grande

valorização dos produtos primários, de minérios, e produtos agrícolas. Por outro lado, produtos industrializados perderam espaço, caracterizando a reprimarização da pauta exportadora como um segundo fenômeno da possível dependência.

O Brasil então direcionou grande parte de suas exportações para produtos básicos, principalmente nos 2000 quando o comércio sino-brasileiro se intensificou e a necessidade chinesa por commodities era cada vez maior ocasionando a consolidação da reprimarização brasileira. Aliada a consolidação desse processo estava o Fluxo de Investimento Direto Estrangeiro que a China direcionava para o Brasil com o intuito de fortalecer cada vez mais setores energéticos, de mineração, agrobusiness, todos estes, setores associados à demanda chinesa por recursos naturais.

O argumento central da conclusão deste trabalho é que o Brasil possivelmente esteja vivenciando um processo de dependência econômica em relação ao comércio com a China através destes quatro fenômenos analisados, uma vez que, as exportações brasileiras encontram-se concentradas em poucos mercados, como é o caso da China. Em 1990 de todas as exportações brasileiras para o mundo, 1,22% eram destinadas para a China, em 2013 a China recebeu 19,02% das exportações do país Latino Americano e em 2016, 16,58%.

Nesse sentido, este cenário mostra a grande vulnerabilidade externa da economia nacional, pois os resultados da economia brasileira têm respondido aos resultados alcançados pela corrente de comércio com a China, logo estima-se ai uma possível dependência econômica do Brasil que fica a mercê unilateralmente de uma só economia. Se o comércio sino-brasileiro vai bem, a economia brasileira tende a responder com crescimento, se outrora o comércio apresentar desacelerações, a economia local tende ao mesmo caminho.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário novos estudos a cerca da dependência econômica brasileira em relação ao comércio com a China, abordada aqui como uma possibilidade. Diante desse cenário e das poucas pesquisas a cerca do tema é fundamental um maior aprofundamento do conteúdo visando extinguir quaisquer dúvidas de uma possível caracterização de dependência. O aprofundamento em temas pertinentes como a desindustrialização brasileira em virtude do comércio com a China e seus reflexos na economia local pode auxiliar no desenvolvimento de novos trabalhos.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana. **China**: uma inserção externa diferenciada. IPEA, n. 7 – out./dez. 2005.

ALVES, L. N. **Mercados de commodities: o boom e a ascensão dos índices de commodities e das tradings** na década de 2000. Paraná: UFPR, 2014.

AMITRANO, C. R. **O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites**. Boletim Política Econômica em Foco. Campinas, v. 7, pp. 206-249

AMORIM, V. G. **Pensão: conceito de dependência econômica para a previdência social**. R. C. pol., Rio de Janeiro. 26(3): 82-88, set-dez., 1983.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. Nova Economia, Belo Horizonte, UFMG, v. 8, n. 1, p. 37-63, jul. 1998.

BACEN. 1998-2006. **Boletim do Banco Central – Relatório anual**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

BARBOZA, Ricardo. **Economia brasileira e preços de commodities**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ. 2015

BECARD, D. S. R. **O que esperar das relações Brasil-China?** Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga Mello. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'**. Campinas, IE/Unicam p. Revista Economia e Sociedade, n. 4. 1994, p. 11-20.

BIATO JUNIOR. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010. 440 p.

BLACK, Clarissa. **Eventos relacionados ao superciclo de preços das commodities no século XXI**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 67-78, 2013.

BRASIL, Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira no vermelho, em 2014**. (Org.), 2015.

CARDOTE, L. F. R. **A crise econômica de 2008**: a interdependência econômica e as mudanças no regime financeiro internacional. Revista de Direito da UNIGRANRIO, v. 2, n. 2, 2009.

CARNEIRO, Ricardo. **O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira**: oportunidades e riscos. Observatório da Economia Global, n. 4, 2010.

CASA, Carlos. **Vulnerabilidade externa e endividamento interno**: uma interpretação keynesiana sobre as origens da dívida interna brasileira. Disponível em: <file:///C:/Users/microsoft/Downloads/5438-14583-1-PB.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2017.

CASTILHO, M. R. **Impactos distributivos do comércio Brasil-China**: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 91, abril-julho de 2007.

CHAVES, R. **A dependência econômica de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros de segurados da previdência social e sua análise em relação à pensão por morte**. Disponível em: < http://encurtador.com.br/dilp0>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA – CEBC. **Carta Brasil-China** – visão de futuro. 2015.

_____. **Investimentos Chineses no Brasil**: Uma nova fase da relação Brasil-China. 2011. Disponível em: < http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_no_brasil.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

CORRÊA, V. P.; FILHO, N. A. **Engrenagem macroeconômica**: Inserção Subordinada e Custos de Reversão da Economia Brasileira. Economia-Ensaios, Uberlândia, 16(2)/17(1): 103-135, jul. e dez./2002.

COUTO, S. P. **A extraordinária história da China**. Universo dos Livros, 2008.

CUNHA, A.; BICHARA, J.; MONSUETO, S.; LÉLIS, M. **Impactos da Ascensão da China Sobre a Economia Brasileira**: Comércio e Convergência Cíclica. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 406-440, set-dez/2011.

DIAS, Margarida Maria Pinheiro Godinho. **A China no Séc. XXI** : a evolução do sistema bancário e o futuro das reformas econômicas. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1272>>. Acesso em: 27 de julho de 2016.

DOMINGOS, F. J. **Conglomerados nacionais e estado na constituição do capital financeiro no Brasil: uma análise à partir da carteira de ações do BNDES (2002-2010)**. Salvador, 2012.

FERCHEN, Matt. **As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105-130, nov. 2011

FERRARI, T. K. **O crescimento da China no mercado mundial e os seus impactos para o Brasil**. Florianópolis, 2008.

GENNARI, Adilson. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. São Paulo: PESQUISA & DEBATE, SP, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, ed. 2, 2011.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M.M. (orgs.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. **Maxidesvalorização, vulnerabilidade externa e a crise brasileira**. Revista Ensaios FEE, Vol. 27, nº 1, pág. 50-69, Porto Alegre (RS).

JUNIOR, WALTER. **O atual revisionismo do modelo de desenvolvimento chinês**. São Paulo: PUC-SP. 2014.

LEÃO, R.; ACIOLY, L.; PINTO, E. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

LEPIKSON, João Augusto Pessoa. **A lógica da acumulação capitalista na prática hodierna: crescimento, crise e ajustes espaciais**. Salvador: UFBA, 2010.

MACHADO, L. T. **A teoria da dependência na América Latina**. Estudos Avançados 13 (35), pp. 199-215, 1999.

MANZI, Rafael. **O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira**. Belo Horizonte: Conjuntura Internacional, v.13, n.1, p. 36 - 43, nov. 2016.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n3/a04v26n3.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

MEDEIROS, Wagner de. **Balança Comercial 2013:** Nada Novo, de Novo. (Org.), 2014.

MORAES, Giovanni. **Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS - Sistema de Gestão Integrada.** Disponível em: <<http://migre.me/vxERR>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. **Da economia política à política econômica:** o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

MORTATTI, C.; MIRANDA, S.; BACCHI, M. **Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais:** uma aplicação VECM. Economia Aplicada, v. 15, n. 2, 2011, pp. 311-335.

NASCIMENTO, C.; CARDOZO, S.; CUNHA, S. **Brasil:** reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. Buenos Aires, 2009.

NEGRI, Fernanda. **O perfil dos exportadores industriais brasileiros para a China.** IPEA TD 1091. Brasília: IPEA, maio de 2005.

NOIJE, Paulo. **A Vulnerabilidade Externa decorrente da Posição Internacional de Investimentos e do fluxo de rendas:** uma análise da economia brasileira no período 1953-1963. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/16.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2017.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **China:** Estabilidade e crescimento econômico. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 201-218, abril-junho/2010.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Reformas Econômicas na China.** Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=73&tp=a>. Acesso em: 26 de julho de 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil-China:** trinta anos de uma parceria estratégica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a02.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

OREIRO; FEIJÓ. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

PAIVA, Dênis Mateus de. **Relações de Investimento entre o Brasil e a China no contexto da rápida expansão chinesa e da trajetória recente da economia brasileira.** Salvador, 2014.

PEREIRA, Lia Valls. **A China e as Exportações Brasileiras.** FGV. Disponível em: <file:///C:/Users/microsoft/Downloads/A%20China%20e%20as%20Exporta%C3%A7%C3%B5es%20Brasileiras.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

PINTO, E.; GONÇALVES, R. **Globalização e poder efetivo:** transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 449-479, ago. 2015.

POSTONE, Moishe. **Teorizando o mundo contemporâneo.** Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey. São Paulo: Novos estud. – CEBRAP, nº 81, 2008.

RIBEIRO, Fernando. **Reavaliando a vulnerabilidade externa da economia brasileira.** IPEA NT 19. Brasília: IPEA, agosto de 2016.

SALES, Tiago. **Vulnerabilidade externa ao longo dos governos Cardoso e Lula.** Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, C.; BATALHA, M. **Competitividade em sistemas agroindustriais:** metodologia e estudo de caso. Ribeirão Preto, 1999.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. **Financeirização do capital e questão social no contexto do novo-desenvolvimentismo.** Brasília: SER Social, v. 16, n. 35, p. 327-353, jul.-dez./2014.

TUSCO, Andre de Macedo. **Relações comerciais entre Brasil e China.** Florianópolis: UFSC, 2010.

ZHENG, Lu. **O caminho do desenvolvimento chinês.** In BELLUCCI, Beluce (Org). *Abrindo os olhos para a China.* Rio de Janeiro: Textos & Formas Ltda, 2004. p. 75-100.